



WILLIAN LAMEC DE ANDRADE SÁ

**PERSPECTIVAS FEMINISTAS SOBRE UM CONFLITO: O PAPEL
DAS MULHERES NA SEGUNDA GUERRA CIVIL DA LIBÉRIA
(1999 – 2003)**

João Pessoa

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

WILLIAN LAMEC DE ANDRADE SÁ

PERSPECTIVAS FEMINISTAS SOBRE UM CONFLITO: O PAPEL DAS
MULHERES NA SEGUNDA GUERRA CIVIL DA LIBÉRIA (1999 – 2003)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
Conclusão do Curso de Graduação em
Relações Internacionais da Universidade
Federal da Paraíba

Orientadora: Prof.^a Me. Xaman Korai
Minillo

João Pessoa

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S111p Sá, Willian Lamec de Andrade.

Perspectivas feministas sobre um conflito: o papel das mulheres na segunda guerra civil da Libéria (1999 – 2003) / Willian Lamec de Andrade Sá. – João Pessoa, 2016.
87f.

Orientador: Prof. Me. Xaman Korai Minillo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais) – UFPB/CCSA.

1. Segunda guerra civil da Libéria. 2. Gênero 3. Mulheres.
4. Violência estrutural. 5. Construção da paz. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 3,0, o Trabalho de
Conclusão de Curso

"Perspectivas Feministas sobre um conflito: O papel das mulheres na Segunda Guerra
Civil da Libéria (1999 – 2003)"

Elaborado por

William Lamec de Andrade Sá

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharel em Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Ms. Xaman Korai Pinheiro Minillo – UFPB (Orientador)

Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhadeh Vahdat Ferreira – UFPB

Prof. Dr. Paulo Roberto Loyola Kuhlmann – UEPB

João Pessoa, 10 de junho de 2016.

RESUMO

A vitimização de mulheres adultas e jovens é característica notável em diversas guerras civis ao longo da história da humanidade, bem como em outras formas de conflitos. Contudo, utilizando-se do gênero como uma categoria de análise e de fatos históricos referentes ao caso da Libéria, observa-se que assumir como pressuposto que as mulheres seriam somente agentes passivos ou vítimas em conflitos tornaria a análise deficiente. Com esta proposta, este trabalho identifica a importante participação feminina no processo diplomático de construção de paz após a Segunda Guerra Civil da Libéria, no qual surgiram diversas organizações lideradas e compostas exclusivamente por mulheres. Constata, também, a participação militar das mulheres liberianas, adultas e jovens, neste conflito, contribuindo para a perpetuação da violência em um contexto de violência direta e estrutural, dado que constituíram aproximadamente 40% de todos os combatentes – rebeldes e soldados das forças armadas nacionais. A partir das perspectivas feministas e de estudos de paz, este trabalho investiga e procura apontar as diferentes contribuições das mulheres liberianas como agentes na Segunda Guerra Civil da Libéria, reconhecendo sua importância para a resolução do conflito civil a partir de sua atuação como agentes construtoras da paz, mas também reconhecendo sua participação na perpetuação da violência no âmbito nacional como combatentes ativas. Espera-se, assim, contribuir para a desmistificação de imagens de mulheres como atores passivos ou somente vítimas em situações de conflito.

Palavras-chave: Segunda Guerra Civil da Libéria; Gênero; Mulheres; Violência estrutural; Construção da paz.

ABSTRACT

The victimization of women and girls has been an outstanding feature of several civil wars throughout humankind history, as well as other forms of conflicts. Nevertheless, by using gender as a category of analysis, besides historical facts in the case of Liberia, it is observed that blindly assuming women mainly as passive agents or victims in conflict would make the analysis inconclusive. With this proposal, this paper identifies the important women's participation in the diplomatic process of peacebuilding in Liberia, where have emerged several organizations headed and composed exclusively of women. Nonetheless, it is noted a military participation of Liberian women, adult and young, in this conflict, in which they contributed to a context of direct and structural violence perpetuation, since they constitute approximately 40% of all combatants - rebel fighters and soldiers of the national armed forces. Based on the feminist and peace studies, this paper investigates and tries to point out the different contributions of Liberian women as agents in the Second Liberian Civil War, recognizing their importance to the resolution of the civil conflict from their role as peacebuilding agents, but also recognizing their participation in the perpetuation of violence at the national level as active combatants.

Keywords: Second Liberian Civil War; Gender; Women; Structural violence; Peacebuilding.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	1
LISTA DE QUADROS E FIGURAS	2
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	3
INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO I – FEMINISMO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ABORDAGENS TEÓRICAS, FORMAS DE VIOLÊNCIA E GÊNERO.....	7
I.1 Positivismo vs. Pós-positivismo	8
I.2 Diferenças Conceituais de Segurança e Paz para as Relações Internacionais	13
I.3 A Violência Estrutural e Gênero: Abordagens Teóricas e Impactos sobre as Mulheres	19
CAPÍTULO II – TENSÕES E CONFLITOS NA HISTÓRIA DA LIBÉRIA	24
II.1 Contexto Histórico Liberiano: da fundação da República Independente da Libéria à sua Primeira Guerra Civil	25
II.2 As Causas Estruturais e Imediatas da Segunda Guerra Civil da Libéria	34
II.2.1 As Causas Estruturais	36
II.2.2 As Causas Imediatas	41
II.3 A Segunda Guerra Civil da Libéria: movimentos de guerra por parte dos grupos beligerantes (1999 – 2003).....	43
CAPÍTULO III – GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES LIBERIANAS NA SEGUNDA GUERRA CIVIL DA LIBÉRIA	49
III.1 As Consequências das Guerras Cíveis na Libéria para as Mulheres	49
III.2 A Atuação de Mulheres Adultas e Jovens no Conflito Civil: agentes perpetuadoras da guerra e vítimas da violência estrutural	55
III.3 Os Movimentos de Paz Organizados e Liderados por Mulheres	60
III.3.1- Iniciativa das Mulheres Liberianas (<i>Liberian Womens’ Initiative</i> – LWI).....	62
III.3.2 Rede de Paz das Mulheres do Rio Mano (<i>Mano River Women’s Peace Network</i> – MARWOPNET).....	63
III.3.3 Rede de Mulheres para a Construção da Paz (<i>Women in Peacebuilding Network</i> – WIPNET) e a Iniciativa de Paz das Mulheres Liberianas	65
III.4 As Contribuições das Mulheres Liberianas na Resolução do Conflito Civil: reflexos teóricos da imagem pacífica e passiva das mulheres postos em prática no estudo de caso da Libéria.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a todos os professores e professoras do departamento de Relações Internacionais da UFPB pela paciência na orientação e convívio diário. Agradeço imensamente por todos os conhecimentos transmitidos, todas as conversas motivadoras, todas as aulas estimulantes e por toda confiança depositada em nós alunos.

Aos meus pais, irmãos e familiares mais próximos, por terem me acompanhado durante este longo caminho. Muito obrigado por todo o amor, apoio, conselhos e ensinamentos transmitidos nos momentos de fraqueza. Sei que sem vocês não seria possível estar aqui hoje.

Aos meus colegas de curso, especialmente para aqueles que se tornaram em grandes amizades, é com imenso orgulho que posso dizer: foi uma honra trilhar esse caminho com vocês. Agora podemos afirmar com propriedade que tudo valeu a pena, desde as noites em claro de estudo até as mais singelas risadas nos corredores da UFPB. Levarei comigo o carinho, a amizade e o companheirismo que construímos.

À todos os meus sinceros amigos e amigas, que sempre me apoiaram e incentivaram durante todos esses anos acadêmicos, não tenho palavras suficientes para descrever o meu carinho e admiração por vocês.

À Prof.^a Dr.^a Cristina Dragomir, SUNY Oswego, por ter sido uma grande inspiração e motivação deste trabalho, o meu mais singelo obrigado. Agradeço por ter me mostrado o quão importante é a discussão de gênero para a evolução das sociedades, rumo a um futuro melhor e mais justo; por ter ensinado que todos nós temos o dever de lutarmos incessantemente por um mundo melhor.

À minha orientadora, Xaman Korai Minillo, o meu eterno agradecimento pela sua incrível paciência, brilhante apoio e adorável dedicação. Posso dizer que esse trabalho e minha formação, inclusive pessoal, não teriam sido os mesmos sem sua orientação. Obrigado pelos conhecimentos compartilhados e por me incentivar e inspirar cada dia mais aos estudos de gênero.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

QUADRO 1. Indicadores Socioeconômicos durante Governo Taylor, 2000-2001.....	42
--	----

FIGURA 1. Grupos Étnicos no território da Libéria.....	26
FIGURA 2. Execuções na Praia de Barclay, Monróvia.....	30
FIGURA 3. Condados e Cidades da Libéria.....	45
FIGURA 4. Manifestações Pacíficas em Accra, Gana.....	67
FIGURA 5. Leymah Gbowee e o General Abubakar.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFELL.....	Associação de Mulheres Advogadas da Libéria
CHAL.....	Associação Cristã de Saúde da Libéria
CPA.....	Acordo Geral em Accra
DDR.....	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
DDRR.....	Desarmamento, Desmobilização, Reabilitação e Reintegração
ICGL.....	Grupo de Contato Internacional na Libéria
IDP.....	Pessoa Internamente Deslocada
INPFL.....	Frente Independente Patriótica Nacional da Libéria
LWI.....	Iniciativa das Mulheres Liberianas
MARWOPNET.....	Rede de Paz das Mulheres do Rio Mano
MODEL.....	Movimento para Democracia na Libéria
NPFL-CRC.....	Frente Patriótica Nacional da Libéria - Conselho de Revolução Central
NTGL.....	Governo Nacional Transitório da Libéria
OMS.....	Organização Mundial de Saúde
ULIMO.....	Movimento Unido para a Democracia na Libéria
WIPNET.....	Rede de Mulheres para a Construção da Paz

INTRODUÇÃO

Ao observar as relações sociais durante a história da humanidade, principalmente quando se leva em conta os diferentes níveis organizacionais, existe um fator que sempre esteve presente: conflitos. Sejam quais forem os motivos para tal, seja por riquezas e territórios, seja por conflitos ideológicos e culturais, guerras e conflitos sempre marcaram a história da humanidade de forma destrutiva e, ao mesmo tempo, com possibilidades de criação de algo novo e evolutivo. Com a evolução das sociedades humanas e o surgimento dos Estados, os conflitos que sempre foram naturais para os seres humanos, tornaram-se cada vez mais institucionalizados.

Conflitos violentos são tradicionalmente tratados como um assunto inerente aos seres de sexo masculino, ou seja, aos homens. Na sociedade machista e com traços patriarcais em que ainda vivemos, a mulher acaba por ser deixada de lado quando assuntos de segurança e guerra estão em pauta. Quando são contempladas, as mulheres são tradicionalmente vistas como vítimas devido aos impactos sofridos pelas mesmas. Com a evolução das sociedades, e com a crescente presença de movimentos feministas, identificar e analisar qual seria o real papel das mulheres dentro de situações de conflito é uma questão necessária para o estudo das relações sociais. Cada vez mais, as mulheres apresentam um maior engajamento político em diversos setores, como por exemplo, nos processos de resolução pacífica de controvérsias. Observa-se que as mulheres possuem uma facilidade para tal, não necessariamente por serem mais pacíficas, mas por ser-lhes designada uma imagem pacífica e passiva pelas sociedades conservadoras (THEOBALD, 2014).

Acreditando nisso, pretende-se aqui abordar um assunto que envolve os dois temas anteriormente mencionados, conflitos e mulheres. Mais especificamente, entende-se analisar quais foram os papéis e importância das mulheres liberianas na Segunda Guerra Civil da Libéria, que ocorreu entre 1999 a 2003, e sua resolução.

A Libéria é um país localizado na parte ocidental do continente africano com mais de 3 milhões de habitantes. No decorrer do século XIX, este Estado foi fundado por escravos americanos libertos que ocuparam o território já habitado por grupos étnicos indígenas, formando assim, uma elite governante com os descendentes dos escravos. Com a instauração de governos ditatoriais e com as crescentes tensões entre os grupos sociais e religiosos, diversos conflitos internos e guerras entre as classes eclodiram a partir da década de 1980 (VISENTINI, 2012).

A Segunda Guerra Civil da Libéria, foco desse projeto, ocorreu entre os anos de 1999 a 2003. O governo então vigente de Charles Taylor, que adotava medidas ditatoriais e segregacionistas, resultou no surgimento de um grupo rebelde no território nacional – Liberianos Unidos para a Reconciliação e Democracia (*Liberians United for Reconciliation and Democracy* – LURD). De acordo com Desirée Nilsson (2003), como possíveis causas para essa segunda guerra civil, os principais motivos estariam na busca realista pelo poder entre os dois grupos - Charles Taylor vs. LURD; a existência de diversos grupos étnicos na região da Libéria, o que dificultava o estabelecimento de um acordo de paz satisfatório a todas as partes envolvidas; e o controle dos recursos naturais da região, rica em recursos minerais. Em 2002, mais de 200.000 pessoas haviam morrido devido a este conflito (RETICKER, 2008).

Tendo em vista os altos números de violações dos direitos humanos e abusos sexuais, além da alta participação de mulheres e adolescentes na Segunda Guerra Civil da Libéria – participação esta iniciada desde os anos do primeiro conflito civil – gerou-se uma grande visibilidade internacional dos embates civis no país a partir da mídia e internet. Por conseguinte, a pressão criada pela sociedade civil e comunidade internacional culminaram em sanções e embargos econômicos ao governo de Charles Taylor, agravando ainda mais a situação precária e caótica encontrada no país. Observa-se ainda que as sanções econômicas vieram a intensificar os conflitos, já que teria sido renovada a legitimidade do conflito para as facções rebeldes diante a oposição internacional ao governo autoritário de Charles Taylor. Os grupos rebeldes alegavam que só concordariam com o término do conflito após o exílio do vidente presidente da Libéria (ALAGA, 2011).

Como um exemplo da ampla participação feminina no conflito em questão, pode-se observar o caso das mulheres cristãs liberianas que, cansadas de se sentirem impotentes diante de toda as atrocidades que aconteciam em seu país e as suas famílias, decidiram engajar-se politicamente a partir da criação de organizações exclusivamente femininas, culminando enfim, na mobilização de um grande contingente de mulheres. Com o decorrer do conflito, a Iniciativa de Paz das Mulheres Liberianas se expandiu, atingindo também mulheres de outras religiões, como por exemplo, mulheres muçulmanas (THEOBALD, 2014). Isto mostra que, naquele momento em específico, a questão de segurança chegara a um nível extremo a ponto de ser necessário colocar as diferenças culturais e religiosas de lado em prol do estabelecimento da paz.

Tendo em vista todos os aspectos mencionados sobre o conflito e acreditando ser importante um estudo mais detalhado sobre o assunto para o campo das Relações

Internacionais (RI), esse projeto busca mapear e identificar qual foi o papel e a importância dessas mulheres liberianas para a resolução da Segunda Guerra Civil da Libéria no período de 1999 a 2003.

Esse trabalho está disposto em três capítulos substanciais, no qual o primeiro volta-se para uma discussão teórica acerca do gênero como categoria de análise nas Relações Internacionais, ressaltando as dificuldades encontradas pelos pesquisadores para se inserirem no campo. Além disso, ainda será discorrido sobre a hierarquização de atividades e as formas de violência que assolam as sociedades contemporâneas. O segundo capítulo, de caráter histórico concentra-se na história da Libéria, destacando suas tensões étnicas e outros fatores socioeconômicos que resultaram na deflagração de duas guerras civis. Por fim, o terceiro capítulo propõe-se a apresentar uma análise a partir de perspectivas de gênero e estudos de paz a fim de identificar a participação e contribuições das mulheres ao longo da Segunda Guerra Civil da Libéria.

CAPÍTULO I – FEMINISMO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ABORDAGENS TEÓRICAS, FORMAS DE VIOLÊNCIA E GÊNERO

A história das Relações Internacionais se estrutura em torno de debates teóricos envolvendo assuntos como o Estado, balança de poder, diversas políticas econômicas, entre outros que são considerados de grande importância pela comunidade acadêmica para o campo. No entanto, nota-se que assuntos relacionados ao gênero e com as suas respectivas identidades são considerados, para muitos, como neutros para as RI, uma vez que esse assunto supostamente não influenciaria em eventos de magnitude global.

Partindo de uma discussão proposta por Joan Scott (1986) acerca do gênero como categoria de análise, contata-se uma tendência histórica de conceituar os estudos de gênero como um campo voltado para coisas exclusivamente relacionadas às mulheres, fazendo com que fossem ideologicamente marginalizados quando posto em pauta assuntos como conflitos, política e processos diplomáticos. Isto, segundo Scott (1996), pois os teóricos tradicionais acreditariam que o gênero teoricamente não se aplicaria aos objetivos desses assuntos, trazendo à tona uma irrelevância para a reflexão acadêmica dada a sua insuficiência de afetar as problemáticas das relações internacionais. Contudo, estudiosas feministas rejeitavam veemente a concepção teórica de que gênero não impactaria as relações sociais estabelecidas na escala global. Apoiando-se nestas perspectivas, acredita-se que o gênero como categoria de análise enriquece os debates em temas de segurança e conflitos e que a utilização do gênero no âmbito acadêmico é de grande relevância por promover uma 'reavaliação crítica' de tudo que foi produzido cientificamente no campo das RI (SCOTT, 1986, p. 1054).

Para Spike Peterson (1996), ainda acerca das problemáticas teóricas anteriormente apresentadas, ratificando por sua vez as ideias expostas por Joan Scott, as correntes de pensamento tradicional das RI estariam tão preocupadas com as relações de poder entre os Estados e com a própria anarquia, que eles considerariam a questão de gênero invisível. Entretanto, pela própria maneira como são distribuídas as atividades e cargos entre os agentes no âmbito das decisões estatais, demonstram um ambiente predominantemente andrógeno e de inferiorização do gênero feminino (PETERSON, 1996, p. 871).

Por sua vez, Eric Blanchard (2003), em *Gender, International Relations, and the Development of Feminist Security Theory*, observa que essas abordagens tradicionais tendem a supervalorizar a importância do Estado no âmbito das decisões sócio-políticas. Dessa maneira, o principal agente das RI assumiria a função de proteger os indivíduos em geral no território nacional. Tendo em vista a presença da hierarquização masculina nas atividades no

Estado anteriormente mencionada, essa ênfase em tal ator deve ser considerada problemática, pois estaríamos partindo do pressuposto de que os agentes estatais considerariam igualitariamente todos os grupos e classes antes de ser tomada alguma decisão – algo que não ocorre na prática – e assim invisibilizaríamos as experiências femininas.

Em razão dessa suposição teórica clássica sobre o gênero, torna-se necessário, primeiramente, a abordagem de um debate das Relações Internacionais: Positivismo vs. Pós-positivismo. Por conseguinte, essa seção do projeto será dividida em três partes. Na primeira seção, trataremos de uma das discussões das RI como mencionado anteriormente, tentando demonstrar a sua importância das discussões e críticas feministas para o campo. Na próxima parte, iremos nos concentrar no debate teórico sobre segurança e paz para as Relações Internacionais, contrastando as perspectivas realista e feminista. Essa segunda seção é de extrema importância para este trabalho devido a fatores que serão abordados a partir de uma perspectiva de estudos de paz, sendo eles a hierarquização de atividades na esfera pública e a violência estrutural gerada contra as mulheres. E finalmente, após ter sido exposta a questão de gênero e suas implicações na distribuição e organização das atividades na sociedade, iremos nos concentrar nos impactos da violência estrutural nas mulheres a partir do gênero como uma categoria de análise. Pretende-se, dessa maneira, criar uma base de discussão teórica a fim de proporcionar uma análise sobre a atuação das mulheres liberianas durante a Segunda Guerra Civil da Libéria no terceiro capítulo desse projeto.

I.1 Positivismo vs. Pós-positivismo

Após o término da Guerra Fria constatou-se uma intensificação das discussões acerca do estudo de gênero na agenda da comunidade global. Um dos pilares que se fez evidente, segundo Monte (2013), foi a presença marcante do pós-positivismo. Como uma das principais características, o pós-positivismo viria a criticar a falta de inclusão de diversas variáveis importantes nas análises realizadas pelos teóricos clássicos. Dentre elas, as principais seriam no âmbito interno com dimensões sociais, consistindo por exemplo, nas identidades existentes dentro do Estado e as questões de gênero, visto que essas comumente não eram associadas aos eventos internacionais (MONTE, 2013).

Assim, torna-se importante entender o pós-positivismo, visto que um rompimento contra o até então tradicional pensamento positivista. Tal pensamento, ainda de acordo com

Monte (2013), seria caracterizado por métodos adquiridos a partir da ciência econômica e do liberalismo clássico com o intuito de estabelecer regras e leis para gerir a política internacional. Este cenário tradicional positivista nos remete à clássica discussão realista e liberal acerca do sistema internacional. Tendo em vista a mais importante característica do sistema, a soberania estatal, os Estados tenderiam a se relacionar a partir de uma balança de poder e da manutenção *status quo*, de acordo com os realistas. Enquanto que, para os liberais, a maior preocupação estaria nos custos e benefícios adquiridos nas relações interestatais, o que possibilitaria a cooperação internacional (MONTE, 2013).

A renomada pensadora feminista J. Ann Tickner (1997) expõe uma crítica à agenda acadêmica das Relações Internacionais e aos debates e conferências da mesma. Ratificando o que foi exposto anteriormente, a autora acredita que, apesar de terem surgido diversas perspectivas feministas desde a década de 1980, estas ainda continuam sendo constantemente marginalizadas pelas abordagens clássicas das RI. Boa parte dessa marginalização parte da ideia tradicional de que gênero, teoricamente, não influenciaria em assuntos globais. Como por exemplo, o comportamento dos Estados no sistema internacional, ou como resolver problemas a proliferação nuclear (TICKNER, 1997, 612).

Pensamentos e ideias tradicionais como esse, para estudiosos como Tickner e Monte, constroem um avanço em debates orais e escritos da abordagem feminista. A marginalização de tais ideias e perspectivas resulta em uma falta de comunicação entre os teóricos clássicos e feministas, impedindo assim, a realização de discussões que poderiam ser construtivas para o campo das RI como um todo (TICKNER, 1997).

Por isso que entender primeiramente esse pensamento clássico é tão importante, visto que seria nesse ponto que os pós-positivistas concentram sua crítica. Monte (2013) aponta que os teóricos das correntes clássicas supõem toda sua teoria na historicidade e na racionalidade dos atores estatais. Entretanto, os pós-positivistas acreditam que devem também ser considerados que, dentro dos Estados, existem as '*identidades estatais*'. Estas são constituídas pelos atores no nível interno, que são diariamente influenciados pela política externa e interna. É a partir desse instante que a discussão de gênero seria importante para as relações internacionais, segundo a qual se leva em consideração as diferenças entre os indivíduos que tomam as decisões estatais. Ou seja, quando se leva em conta a construção social dos indivíduos (MONTE, 2013, p. 62-63). Dessa forma que o feminismo e outras correntes pós-positivistas obtiveram um maior espaço nos debates acadêmicos, dada a necessidade de análises que levassem em consideração a construção social dos indivíduos e sua respectiva influência em assuntos internacionais.

A ideia de gênero encontra-se intimamente ligada à de construção social dos indivíduos, sendo esta primeira ainda um assunto que levanta muitas dúvidas e, recorrentemente, é confundido com o conceito de sexo. Peterson (1996) distingue esses dois conceitos em '*Women and Gender in Power/Politics, Nationalism and Revolution*'. De acordo com a autora, o sexo, representado por exemplo como a "*mulher*", seria uma variável inerente aos seres. Este dividiria os agentes em categorias, resultando assim em uma interação social com possibilidade de inferiorização. Já o gênero, seria uma construção social e cultural dos seres masculinos e femininos, além de todas as outras possibilidades entre estes. O gênero acaba por ter uma interpretação errada quando se é focado apenas nas mulheres. A opressão de gênero, explica Peterson (1996), ocorre em tudo aquilo que possui traços femininos ou é associado a tal.

Peterson (1996) observa a existência de uma desigualdade de gênero quando nos referimos aos tomadores das decisões estatais no âmbito nacional e na política internacional. O feminismo, nas Relações Internacionais, tenta criar uma construção social e política que acabe com as hierarquias de gênero, de classe e de raça. A marginalização das mulheres no campo político deve-se a uma tradicional cultura imposta pelo gênero em nossa sociedade. De acordo com Monte (2013, p. 64), diversas autoras feministas definem o gênero não somente como uma espécie de classificação de indivíduos, mas também como um guia prático para as funções de cada indivíduo e seu respectivo gênero na sociedade.

Essa ideia de gênero vai além da concepção comum de que os indivíduos deveriam ser classificados pelo sexo, homem e mulher. A partir desse pensamento, deveriam ser considerados também possíveis identidades de gêneros, abrangendo assim fatores culturais e sociais definidores do mesmo. A questão colocada em pauta pela autora Monte (2013) é que, o senso comum utiliza a identidade de gênero (dicotomia do masculino ou feminino) como mais um determinante do comportamento dos indivíduos dentro de uma sociedade. Interligando as características anatômicas ao que seria a identidade de gênero correta, a sociedade acaba por determinar qual que deveria ser o comportamento e função condizente com a estrutura biológica dos indivíduos (MONTE, 2013).

Ratificando a ideia proposta, podemos observar os argumentos de Tickner (1997) sobre as características de um indivíduo, nas quais elas são socialmente e culturalmente construídas ao decorrer de sua vida, gerando assim, os estereótipos condizentes com cada sexo. Dessa forma, os homens deveriam apresentar características mais fortes, como independência, autonomia, racionalidade e poder; e por um outro lado, as mulheres deveriam

apresentar o oposto, desde a dependência, delicadeza, até a sensibilidade emocional (TICKNER, 1997, p. 614).

Essa discussão de gênero é relevante, pois é a partir dos estereótipos que as mulheres são marginalizadas nas relações internacionais e em campos públicos. Existe a ideia de que a mulher deve ser um ser privado, enquanto o homem deve ser o público. Existiriam as exceções, entretanto, aquelas que conseguem posições mais elevadas em tais campos, enfrentam uma pressão que as faz incorporar características masculinas à sua identidade de gênero para que possam se adaptar ao meio masculino (TICKNER, 1997). Tickner por exemplo, cita Margaret Thatcher, que teve que comandar o Reino Unido com "mãos de ferro", adquirindo assim, a imagem de *Dama de Ferro*. Na opinião da autora, tal adaptação foi fundamental para Thatcher ter sido bem-sucedida politicamente no sistema internacional. Pode-se ainda fazer um paralelo com o caso da atual presidente da Libéria, Ellen Johnson-Sirleaf, que também assumiu posturas mais rígidas teoricamente condizentes com características consideradas masculinas a fim de se adaptar (THEOBALD, 2014).

Baseando-se em Peterson e Runyan, Monte (2013) explica que a divisão de tarefas no âmbito internacional ou nacional, resulta na supervalorização das atividades realizadas pelos seres masculinos, criando assim, uma hierarquia política masculina. Ainda segundo os mesmos, isto faria

[...] com que identidades e atividades que são concebidas como próprias dos homens, ou de características masculinas, tenham maior prestígio, frente a identidades e atividades associadas às mulheres ou a características tidas como femininas. Essa hierarquização é uma construção política, na medida em que distribui poder, autoridade e recursos de forma a privilegiar os homens [...]. (MONTE, 2013, p. 17).

Isto caracteriza um ciclo vicioso, onde o acesso aos recursos dá a autoridade necessária aos homens para continuarem no poder. Sendo assim, essa é a explicação para a posição marginalizada das mulheres no sistema internacional, como também no nível doméstico.

A identidade de gênero é influenciada a partir do controle das atividades políticas e sociais pelos homens. Para Tickner (1997), com o tempo, esse controle se tornou uma verdade cultural que foi absorvida e internalizada pelos indivíduos como o comportamento a ser seguido. Dessa maneira, o assunto gênero se torna tão importante para as relações internacionais. O poder de condicionar o comportamento dos indivíduos e de hierarquizar atividades é a peça fundamental para a conexão do campo dos Estudos de Gênero com o campo das Relações Internacionais.

Segundo Monte (2013), Tickner acredita que as regras de identidade masculina que predominam estão presentes no sistema internacional e nas relações interestatais. A busca dos Estados por segurança, a soberania como uma forma de autoafirmação de sua autonomia, e a constata busca pelo equilíbrio de poder através de competição estatal, são características dos Estados que se assemelham bastante com características condizentes com a identidade de gênero masculina. Algumas dessas são citadas pela autora, como por exemplo, a agressividade, a competitividade e a busca pela autonomia. (MONTE, 2013, p. 19).

Visto que o Estado possui “identidades estatais” e apresenta características masculinas decorrentes da hierarquização de atividades, existe o questionamento feminista se o Estado teria capacidade de cumprir com sua função de segurança a todos os indivíduos. De acordo com Tickner, a busca incessante por poder militar no sistema internacional pode acarretar uma violência a nível doméstico contra as mulheres, visto que elas, na maioria dos casos, são negadas a possibilidade de acesso a cargos de influência e decisão. Isto, devido a tais cargos serem destinados a indivíduos condizentes com a identidade masculina (TICKNER, 1997).

Considerando a distinção entre os conceitos de sexo e gênero, além da existência de *identidades estatais* previamente mencionada, Izadora Monte (2013) esclarece algumas das premissas em que essas identidades devem ser imaginadas. Baseando-se em alguns autores construtivistas, como Alexander Wendt, a autora explica que as *identidades estatais* devem ser

[...] pensadas a partir de duas premissas do interacionismo simbólico: a) atores agem com base nos significados que objetos e outros atores oferecem a eles; b) esses significados não são inerentes, mas resultado do processo de interação. Dessa forma, a anarquia internacional não seria uma consequência necessária do sistema de auto-ajuda, mas uma instituição desenvolvida e sustentada pelo processo do relacionamento entre Estados. A partir da construção de identidades, Estados definem o tipo de anarquia e o ambiente de segurança que vão prevalecer nas relações internacionais. (MONTE, 2013, p. 65).

Essa ideia de identidade estatal é interessante para o campo das Relações Internacionais, pois permite um pensamento mais abrangente acerca da anarquia. Com isto, ela não se limitaria apenas a uma relação de poder e de custos e benefícios. As cooperações entre os Estados em um cenário anárquico, por exemplo, poderiam ser retratadas como possíveis devido aos sentimentos dos indivíduos que possuem o controle das decisões do governo. A solidariedade, lealdade, reciprocidade e semelhanças culturais consistiriam em alguns possíveis exemplos desses sentimentos (MONTE, 2013). Dessa maneira, as intervenções e as conferências internacionais sobre o governo ditatorial de Charles Taylor, durante a Segunda Guerra Civil da Libéria, poderiam ser entendidas como uma reação

solidária por parte da comunidade internacional aos massacres e atrocidades ocorridos no território liberiano que foram expostos pela mídia.

I.2 Diferenças Conceituais de Segurança e Paz para as Relações Internacionais

Durante a maior parte do século XX, os estudos da área das Relações Internacionais se basearam nas correntes de pensamento positivista. Só a partir da década de 1980 que outros estilos de pensamento ganharam maior espaço e importância nas discussões acadêmicas. Uma das áreas em que os teóricos do pensamento pós-positivista concentraram suas críticas foi o campo de segurança. Tickner (1997) acredita ser um debate interessante, devido as diferenças de concepções acerca de segurança entre os teóricos clássicos das RI e as feministas, havendo assim, uma distinção entre a concepção de segurança e insegurança.

Segundo as abordagens realistas e neorealistas, o conceito de segurança estaria intimamente ligado ao poder militar e a balança de poder entre os Estados. Para tal, segurança seria definida pela proteção das fronteiras e do seu território nacional, onde a insegurança surgiria devido ao sistema anárquico e a fatores e atores externos. Esse tipo de análise coloca em segundo plano os fatores domésticos, já que o sistema internacional e os Estados soberanos seriam os fatores determinantes da insegurança estatal (TICKNER, 1997).

Da mesma forma que Tickner, Eric Blanchard (2003) explica que os teóricos feministas encontraram uma grande dificuldade e resistência dentro do campo das RI. Apesar disto, o autor enfatiza que a escola de pensamento feminista teve e ainda tem uma grande importância no campo das RI e de segurança, devido a suas críticas em relação ao conceito de segurança realista. Na visão conservadora de segurança proposta pelos teóricos clássicos das RI, segurança envolve toda questão referente a guerra e ao estabelecimento da paz no sistema internacional anárquico. A partir da perspectiva realista, o autor observa que os Estados são considerados como os atores principais e com maior relevância, tendo estes o papel de proteger sua população e seu território (BLANCHARD, 2003).

O autor ainda expõe que as perspectivas realistas e neorealistas ganharam importância, respectivamente, após a Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria na década de 1970. Nesses momentos, a teoria realista alcançou uma grande influência com sua abordagem sobre o Estado-moderno. Entretanto, com o fim da Guerra Fria, outros assuntos, além da balança de poder, intensificaram-se na agenda internacional. Como por exemplo,

problemas ambientais, a pobreza e a educação. Havia uma necessidade por debates mais profundos sobre a segurança e a violência gerada no nível doméstico (BLANCHARD, 2003, p. 1929). Assim, a concepção de segurança feminista veio a ganhar maior importância no final da Guerra Fria e, principalmente, após o evento terrorista de 11 de setembro, visto que demonstrou aos teóricos positivistas a necessidade de uma compreensão mais abrangente das questões de segurança nacional – envolvendo os diversos níveis e atores de um Estado (BLANCHARD, 2003).

A nova tendência teórica pós-positivista, que se intensificou a partir da década de 1980, era definida não somente pelos fatores políticos e militares, mas também por fatores econômicos e ambientais. Questões como a pobreza extrema existente em diversos países do Terceiro Mundo, além dos perigos da poluição e destruição no meio ambiente, ganharam importância e até mesmo prioridade na agenda das conferências internacionais. Tickner (1997) expõe que esse tipo de segurança é o mais semelhante à concepção acreditada pelas feministas, só que elas vão ainda mais além. A definição de segurança para as feministas inicia de um nível familiar para o internacional. A autora explica que a segurança é analisada em diferentes níveis, onde se leva em consideração diversas formas de violência; seja ela direta, estrutural ou ecológica. Este tipo de pensamento seria importante, devido à existência de uma constante inferiorização e marginalização das mulheres no âmbito sociopolítico (TICKNER, 1997).

Se o papel do Estado é de proteger e promover a segurança, será que ele estaria realmente cumprindo tal função a todos os indivíduos no nível doméstico? Essa é uma das indagações feitas pela *Feminist Security Theory Scholarship* (FST). Segundo o autor Blanchard (2003), a perspectiva realista de segurança estaria marginalizando os outros atores em outros níveis que não o internacional. Tickner (2005) complementa a ideia, explicando que as mulheres são constantemente atacadas no nível doméstico devido à hierarquização das atividades. Em tempos de crise e conflito a situação é ainda pior, pois, além de assumirem a inteira responsabilidade de cuidar de suas famílias, se tornam alvos e vítimas de guerras.

Tendo em vista estes fatores, os estudiosos feministas acreditam ser problemático uma análise de segurança focada no Estado. Baseando-se em Peterson, Blanchard (2003) expõe que a violência estrutural sofrida pelas mulheres no nível doméstico muitas vezes é justificada pelos próprios costumes e identidade de gênero incorporada pela sociedade em questão. A ideia de que uma mãe de família deve se privar de uma vida pública para se dedicar ao marido e aos filhos, demonstra o quão comum essas ideias de segregação estão presentes em nossa sociedade. A partir de tais ideais, destaca-se aqui a importância de uma

conexão com algumas perspectivas de Estudos de Paz, com o intuito de aprofundar teoricamente nos impactos estabelecidos pela disposição das relações de poder na sociedade e pela consequente forma de violência – estrutural ou cultural.

No século XX e XXI, a paz e seus estudos tornaram-se centro das atenções após o aumento da interdependência entre os Estados e a evolução tecnológica dos armamentos, visto a enorme destruição causada pelas armas nucleares durante a II Guerra Mundial e as ameaças de uma possível guerra nuclear entre as duas superpotências durante a Guerra Fria. Um possível risco de extinção da raça humana levou as grandes identidades estatais a considerarem o assunto como urgente e com uma maior responsabilidade perante a comunidade internacional.

David P. Barash e Charles P. Webel (2009), no livro *Peace and Conflict Studies*, abordam assuntos relevantes para esse projeto referentes ao campo dos estudos de paz. A partir de uma abordagem de paz, verifica-se o pressuposto de que a guerra entre os atores internacionais consiste em um problema não-desejável pelos Estados, dada a crescente interdependência entre os atores. Desta maneira, a paz é altamente cobiçada, bem como os mecanismos e estruturas sociais para alcançá-la. Ademais, os autores entendem que o assunto é fundamentalmente complexo, dado a natureza de seus aspectos e devido a existente interdependência conceitual entre guerra e paz.

Apesar dos pressupostos negativos, os mesmos autores acreditam que os seres humanos seriam capazes de alcançar um cenário de convivência pacífica, decorrente da possibilidade de um reconhecimento de uma situação crítica em que o mundo se encontraria. Os conflitos, as guerras, a violência em geral consiste em obstáculos não lógicos ao estabelecimento da paz. Dessa maneira, a violência não é baseada na racionalidade, pois a convivência dos atores em um cenário de paz proporcionaria um mundo mais justo e sustentável, além de facilitar o desenvolvimento dos Estados (BARASH; WEBEL, 2009).

Refletindo sobre o termo 'paz', verifica-se que é uma ideia fundamentalmente complexa de ser definida em um só conceito. A maneira mais fácil de ser entendida e reconhecida são em momentos de crise, onde a paz não se encontra presente. Barash e Webel (2009) fazem um paralelo com a definição de saudade, onde uma pessoa só saberia identificar quando o sentimento se faz presente visto à ausência de uma terceira pessoa. A partir dessa ideia, Johan Galtung (2005), que seria um dos pensadores fundadores dos estudos de paz, distinguiu a paz em duas categorias - positiva e negativa. O conceito de paz negativa seria aquele normalmente idealizado por muitos, este caracterizado por uma ausência de violência, no sistema internacional e em outros tipos de conflitos.

Por outro lado, baseando-se em Galtung, Barash e Webel (2009) explanam que a paz positiva vai além de uma visão superficial do assunto, sendo necessário uma análise dos problemas estruturais intrínsecos à sociedade contemporânea. Se a paz negativa consistiria na ausência de violência, a positiva buscaria um cenário onde a harmonia, justiça e igualdade prevalecessem perante todos os indivíduos. Alguns dos conceitos de paz idealizados por pensadores orientais seguem o mesmo raciocínio apresentado por estudiosos do campo de paz apresentados por Barash e Webel. Apesar de comumente os conflitos e guerra serem relacionados com características como a coragem, vigor e outras virtudes, grandes filósofos chineses acreditariam que o caminho pacífico deve ser encorajado. Para tal, respeito, harmonia e equilíbrio são fatores essenciais dentro de uma sociedade.

Trate os seus subordinados como você gostaria de ser tratado pelos superiores. (...). Aqueles que amam outros também serão amados em retorno. Faça o bem para outros e outros farão o bem para você. Odeie as pessoas e seja odiado por elas. Machuque-as e elas irão machucar-te. O que é difícil sobre isso? (MO TZU *apud* BARASH; WEBEL, 2009, p. 5, tradução nossa).

Como mencionado anteriormente, a paz negativa é caracterizada pela ausência de conflitos violentos de larga escala, como por exemplo uma guerra. Essa seria uma abordagem normalmente imposta por teóricos realistas, como por exemplo, Raymond Aron, que definiu a paz como uma condição de suspensão de rivalidades temporária entre atores políticos. Tomando esse pensamento como base, a paz seria possível diante uma ausência direta de uma guerra generalizada ou de conflitos organizados por Estados (BARASH; WEBEL, 2009, p. 6).

Se por um lado a paz negativa concentra-se em uma violência direta, a paz positiva, idealizada por Galtung, refere-se a uma integração dos indivíduos em uma sociedade humana, relacionando-se com as condições sociais e econômicas presentes nas mesmas. (GALTUNG, 1964). As explorações recorrentes na sociedade, segundo tal perspectiva, seriam consideradas como uma forma de violência, surgindo assim, a necessidade destes mecanismos sistemáticos serem eliminados. A paz positiva não se concentra em uma violência direta, algo facilmente perceptível, mas sim em uma violência construída ou identificada na estrutura social das comunidades, podendo ser exercida, por exemplo, a partir de mecanismos estatais de dominação que criam as desigualdades sociais (GALTUNG, 2005).

Com isso, pode-se levantar um simples questionamento: o que seria violência? Segundo Barash e Webel (2009), para a maioria dos indivíduos, violência seria uma manifestação física ou verbal que, por sua vez, inflige dor ou deixa marcas corporais em outros. Entretanto, os autores explicam que existem diversas formas de violência, onde

algumas são mais facilmente observáveis, enquanto outras são indiretas e discretas. Por sua vez, a violência estrutural e cultural seriam exemplos desse último tipo de violência mencionado. Estas consistiriam em um tipo de violência intrínseca à sociedade, onde elas são construídas a partir dos mecanismos sistemáticos econômicos e das relações sociais e culturais de uma determinada população. Nesses tipos de violências, no geral mais importantes e impactantes que a violência direta ou pessoal, não devem ser encaradas necessariamente como um dano físico direto infligido (GALTUNG, 1969).

Um exemplo histórico esclarecedor mencionado por Barash e Webel (2009) seria sobre a antiga civilização egípcia ou sobre o Império Romano. Pode-se observar que em tais sociedades houveram momentos em que existiam a paz negativa - momentos aqueles em que não haviam guerras generalizadas ou algum tipo de conflito direto em larga escala. Contudo, apesar da ausência de uma violência direta no cenário internacional, na raiz da sociedade havia o sistema de mão-de-obra escravista. O sistema de escravidão implica em uma violência estrutural contra os indivíduos, privando-os de uma igualdade socioeconômica e equidade de direitos civis. Nas próprias palavras dos autores, é explicado que

A violência estrutural normalmente tem o efeito de negar a pessoas importantes direitos, como o bem-estar econômico; igualdade social, política e sexual; um sentimento de realização pessoal e autoestima; e assim por diante. Quando alguém morre de fome ou mesmo sente fome, um tipo de violência está ocorrendo. Similarmente, quando alguém sofre de doenças que podem ser prevenidas ou quando existe a negação a uma educação decente, habitação a preços acessíveis, um tipo de violência está ocorrendo, mesmo que balas não tenham sido atiradas ou armas não estejam sendo empunhadas. A sociedade comete violência contra seus próprios membros quando ela atordoa o desenvolvimento deles e prejudica seu bem-estar, seja por causa de religião, etnicidade, gênero, idade, preferência sexual, ou alguma outra razão social. Violência estrutural é uma forma séria de opressão social [...]. (BARASH; WEBEL, 2009, pg. 7, tradução nossa).

Desta maneira, constata-se que os indivíduos regulares dentro de uma comunidade podem contribuir para o aumento e manutenção da opressão social, e assim, da violência estrutural. Barash e Webel (2009) ainda afirmam que simples cidadãos que seguem as regras estabelecidas pela sociedade, muitas vezes não se dão conta de que estão infligindo dor a outros seres humanos, que estão contribuindo para a perpetuação de uma forma de violência. Em *Três formas de violência, três formas de paz. A paz, a guerra e a formação social indo-europeia*, Galtung (2005) explica que a partir do cumprimento de suas funções enquanto membro de uma comunidade, a rotina transforma seus atos em corriqueiros e tradicionais, banalizando assim, a violência estrutural. Fatores latentes nas sociedades contemporâneas, e que reafirmam a presença da violência estrutural, são as repressões políticas, pobreza extrema e a fome. Percebe-se que são assuntos recorrentes nos debates políticos, e por isso, acabam

ganhando um certo grau de banalidade. Ademais, a compreensão do impacto de tais fatores é de caráter fundamental para o estudo de caso aqui proposto, como veremos no próximo capítulo sobre as causas da Segunda Guerra Civil da Libéria, como também fator resultante para o engajamento das mulheres no mesmo período – este será exposto no terceiro capítulo.

Barash e Webel (2009) apontam que o objetivo desse tipo de violência seria justamente passar despercebido aos olhos dos indivíduos a ponto de prejudicar os direitos humanos e cada vez mais empobrecer os grupos marginalizados de uma determinada região. Contrapondo a este tipo de violência, a física e direta acaba por ganhar maior visibilidade devido a sua velocidade e potencial para comoção pública. A violência física permite que os indivíduos tomem partido mais facilmente diante de uma situação de conflito. Por não ser tão tangível a sociedade, a violência estrutural é diversas vezes ignorada pela sociedade.

Por conseguinte, Galtung (2005) distingue o conceito de violência cultural como sendo uma variação da estrutural. Usualmente, neste tipo de violência, a cultura age como o fator opressor e marginalizador dos indivíduos considerados como diferentes. Apesar de não ocorrer uma violência direta na maioria das situações, a violência cultural gera uma estrutura social legitimada pelo tradicionalismo, onde se estabelece uma classe considerada superior a outras. A violência cultural se estabelece em diferentes esferas dentro da sociedade, podendo ser gerada tanto por conceitos religiosos, como também em áreas das artes, linguagem cultural ou até mesmo na ciência (GALTUNG, 2005). No caso da Libéria, constata-se aspectos de uma violência cultural a partir da dominação política secular de um grupo étnico sob o território da Libéria, visto que possuía uma aliança internacional com os Estados Unidos. O acesso exclusivo desses indivíduos aos cargos de decisão política, como será aprofundado no próximo capítulo de cunho histórico, gerou uma inferiorização e marginalização dos outros diversos grupos tribais existentes no país (VISENTINI, 2012)

Em relação as estruturas estatais e a organização do Estado em si, torna-se fundamental observar a contradição existente entre a realidade e o que se busca teoricamente. Barash e Webel (2009, p. 8) explanam que, normalmente, os Estados teriam objetivos políticos e sociais que se identificam com os pressupostos de uma paz positiva. Contudo, na prática, os seus próprios mecanismos sistemáticos políticos e sociais geram a estrutura exploratória dos indivíduos marginalizados. Esta consistiria em uma das razões pela qual a motivação para transformações necessárias em um Estado seria considerada no mínimo problemática. A fim de atingir uma paz positiva, seria preciso uma mudança estrutural do Estado, visto a necessidade de uma transformação na dinâmica criada pelos mecanismos sistemáticos de exploração e opressão socioeconômica. Por um outro lado, para se alcançar

uma paz negativa, bastaria uma manutenção de um cenário diplomático com a ausência de conflitos de larga escala. Desta maneira, os autores definem a paz positiva como tendo objetivos mais ativos e ousados do que a paz negativa, dado a sua necessidade de uma criação de algo novo – não somente uma manutenção de uma velha estrutura.

I.3 A Violência Estrutural e Gênero: Abordagens Teóricas e Impactos sobre as Mulheres

A desigualdade entre as diferentes classes sociais é um assunto recorrente na agenda política internacional. Torna-se ainda mais complexo quando se concentra na ausência de igualdade política existente entre os homens e as mulheres. O crescente avanço dos debates sobre direitos civis e desigualdade sociais trouxe grandes transformações na maneira como a comunidade deveria ser estabelecida, com o objetivo de se atingir uma sociedade de regime democrático. Constata-se uma inclusão política de diversos grupos antes marginalizados, por exemplo, a partir do direito de voto aos negros e as mulheres – estes antes evidentemente marginalizados pela sociedade. Entretanto, seria realmente possível afirmar que tais grupos estariam em um mesmo patamar devido ao sufrágio universal? Seria possível concluir que a desigualdade política e social cessou?

Observa-se que as mulheres obtiveram diversas conquistas políticas durante o século XX, sendo uma das mais importantes o acesso às urnas (BIROLI; MIGUEL, 2014). Contudo, apesar desse importante direito civil, detecta-se uma participação majoritária masculina em cargos de decisão e importância pública e privada. Apesar do acesso à esfera política, constata-se uma pequena presença de mulheres na luta pelos seus direitos civis, mesmo que elas precisem que seus interesses políticos sejam levados em consideração como um grupo.

Buscando compreender a falta de participação das mulheres no cenário político, Luís Felipe Miguel e Flávia Birolli (2014), em *Feminismo e Política: uma introdução*, explanam como a desigualdade social entre homens e mulheres é um fator constante em praticamente todas as sociedades existentes. O autor Miguel (2014) afirma que são claramente observáveis as tensões políticas e a desigualdade existentes entre os dois grupos sociais, onde a última é utilizada como um mecanismo de perpetuação da opressão sob as mulheres. Desta maneira, o autor ratifica o que foi anteriormente exposto acerca do feminismo, que este surgiu como uma tentativa de combate a essa realidade, visto que as mulheres precisavam de autonomia em relação aos seres do sexo masculino.

Tendo em vista a latente desigualdade entre homens e mulheres na esfera pública, o movimento feminista travou uma incessante luta pelos direitos trabalhistas e o direito ao voto as mulheres durante o século XIX. De acordo com Miguel (2014), ao longo do século XX, os movimentos sufragistas obtiveram êxito na parte ocidental do globo. O acesso à educação e direito ao voto foram conquistados nas primeiras décadas do mesmo século, apesar de que no mercado de trabalho as mulheres ainda estivessem ocupando cargos de menor prestígio e com pouca possibilidade de crescimento. Miguel (2014) explica que a restrição de cargos de decisão às mulheres levou o movimento feminista a focar-se em problemas e mecanismos não tão evidentes dentro da sociedade. Mecanismos aqueles que seriam intrínsecos a todas as sociedades, e que perpetuam a reprodução da dominação masculinista – mecanismos estes anteriormente vistos com Galtung (2005).

Apesar do sucesso do movimento sufragista, as mulheres ainda se deparavam com a mesma dominação masculina no âmbito político. Os cargos públicos que formavam a elite política ainda eram majoritariamente compostos por homens. Diante de uma maioria masculina, tornando assim em um ambiente para homens, a participação de mulheres era inibida. De acordo com Miguel (2014), apenas a eliminação das barreiras formais e legais que impediam a participação das mulheres não seria suficiente para que fosse atingido uma equidade participativa na esfera política. Diversos fatores ainda estariam inibindo a participação das mulheres no âmbito político, como por exemplo, suas extensas jornadas de trabalho, tanto como donas de casa, como provedoras. Ainda mais, o próprio tradicionalismo político e as imposições culturais machistas inibiriam a vontade das mulheres de participar politicamente – fator este constatado na sociedade patriarcal da Libéria (THEOBALD, 2014)

A fim de que a desigualdade de gênero pudesse ser diminuída na esfera política, ao invés de apenas dar o direito de voto às mulheres, seria necessária sua efetiva inclusão na esfera política pública. Apresentando uma mesma linha de pensamento, Flávia Biroli (2014) expõe que um dos principais problemas com o sufragismo universal é a idealização de que o mesmo viria a eliminar todas as desigualdades sociais e políticas entre os homens e os grupos marginalizados, especialmente o das mulheres. Suspender os privilégios dos homens na esfera pública seria o primeiro passo de um longo processo, tendo em vista que o âmbito público é organizado por um sistema de hierarquia de atividades, onde é latente a presença de dominação e opressão (BIROLI; MIGUEL, 2014).

A desigualdade de gênero ainda é latente nas sociedades atuais. Comumente as sociedades são estruturadas de modo que a dominação masculina na esfera política não poderia ser resolvida apenas com o direito de voto das mulheres. O autor Miguel (2014)

discorre que as posições de poder, cargos públicos privilegiados e as atividades de decisão estão majoritariamente nas mãos dos homens. A hierarquização das atividades gera uma marginalização das mulheres, que ficam sujeitas à violência e humilhação, tendo em vista que são sempre retratadas como o sexo frágil e inferior, como delicadas e pouco racionais.

Dessa maneira, conclui-se que o controle das atividades políticas é a chave para o controle da sociedade, e a identidade de gênero é influenciada a partir desse controle. Como vimos, segundo Tickner (1997), com o tempo, isto se tornou uma verdade cultural que foi internalizada pelos indivíduos como o comportamento padrão condizente com a ordem social. Por isso que voltamos a ressaltar o poder de condicionar o comportamento dos indivíduos e de, assim, estipular uma hierarquia de atividades baseadas no gênero é fator crucial para a realização de análise satisfatória e condizente com a realidade social.

A divisão baseada no gênero e sexo é intrínseca a sociedade contemporânea, onde há uma interação social entre as diferentes categorias de gênero com a possibilidade de uma inferiorização pelos masculinistas. Em um cenário onde há uma ampla dominação masculinista das atividades e, além disso, há uma norma sociocultural que dita como os indivíduos deveriam se comportar na sociedade, é importante questionar: “como as mulheres influenciam e como elas são afetadas pelas políticas e as relações de poder?” (PETERSON, 1996, p. 870). Durante a tentativa da autora em responder a tal pergunta, Peterson (1996) tece comentários acerca da perspectiva realista e neorealista sobre o assunto. Como mencionado, a autora acredita que as correntes de pensamento em questão estariam tão preocupadas com as relações de poder entre os Estados que a discussão sobre mulheres e outros grupos marginalizados em um âmbito doméstico não seria prioridade. Entretanto, pela própria maneira que seria distribuída a balança de poder entre os agentes, decorrente da existência de uma hierarquização para aquisição dos cargos públicos e privados, confirmaria a hostilidade do ambiente em relação a presença feminina (PETERSON, 1996).

Referindo-se especificamente à importância do gênero e como este afeta as relações políticas, Peterson (1996) menciona um estudo realizado por Margot Badran em *Feminists, Islam, and Nation: Gender and the Making of Modern Egypt*. De acordo com a autora, Badran utiliza de um exemplo histórico egípcio para explicar a dinâmica entre os gêneros em relação ao poder político. Aparentemente, em momentos de crise, as mulheres tendem a se unificar em prol da comunidade em que vivem, aliando-se com as coalizões masculinas existentes. Entretanto, o estudo de Badran aponta que após a crise, todo o suporte feminino é colocado em segundo plano, e os homens voltariam a uma luta nacional por poder entre eles.

No caso Egípcio, por exemplo, Badran comenta que houve uma exclusão formal das mulheres de qualquer direito civil e político (PETERSON, 1996, p. 873-874).

Identifica-se outro caso similar sobre a atuação de mulheres durante tempos de crise. Na Libéria, durante o governo de Charles Taylor (1997-2003), as mulheres foram oprimidas pelo presidente com suas políticas arbitrárias e, principalmente, pela sociedade machista patriarcal em que viviam. Com os levantes rebeldes em meio Segunda Guerra Civil, as mulheres se viram inseridas em um conflito no qual elas arcavam com as maiores consequências – fome, abusos sexuais e um constante estado de insegurança. A fim de resolver pacificamente o conflito, líderes políticos africanos utilizaram grupos organizados exclusivamente por mulheres a fim de auxiliar nos processos de negociação política de controvérsias e, logo após o impasse ter sido resolvido, elas foram novamente marginalizadas (ALAGA, 2011). Este caso, em particular, será aprofundado no terceiro capítulo desse trabalho.

Complementando a ideia apresentada sobre a atuação de mulheres em tempos de crise, Peterson (1996) traz mais um argumento que reforça a ideia das mulheres como um recurso utilizado pelos homens durante períodos conflituosos. Segundo a autora, durante períodos de guerra e pós-guerra, as mulheres são constantemente utilizadas como mão-de-obra primária. A autora explica que apesar de serem necessárias, visto a ausência dos indivíduos do sexo masculino e a demanda por funcionários, as mulheres ainda não são remuneradas como os homens em tempos normais. Toda essa ideia estaria voltada para a suposta obrigação maternal das mulheres. As regras de gêneros se mostram presentes até mesmo nessas sociedades em períodos de crise. O papel das mulheres primariamente seria de esposas e mães, e na ausência de homens, os deveriam substituir na responsabilidade de provedor para os seus filhos (PETERSON, 1996, p. 874-875).

O caso da Libéria, por exemplo, tem suas particularidades devido as repercussões na comunidade internacional geradas pela mídia. Em grande parte, a imagem afetiva e de esteio familiar utilizada pelos homens com o intuito de opressão e dominação das mulheres foi um dos fatores que auxiliaram na resolução do conflito. O papel de mãe e esposa foi colocado em pauta a partir do momento em que as mulheres liberianas decidiram expor sua identidade perante a comunidade internacional. No documentário dirigido por Gini Reticker (2008), as imagens da conferência internacional em Gana, esta responsável pelas conversas de paz entre as partes envolvidas na Segunda Guerra Civil da Libéria, mostram as mulheres liberianas utilizando-se do próprio corpo – com ameaças de se despir – para que seus objetivos de paz fossem alcançados (RETICKER, 2008).

Por fim, Peterson (1996) afirma ainda que os papéis das mulheres na sociedade vêm sofrendo mudanças devido aos esforços dos movimentos feministas e já se pode ver um crescimento considerável da participação política das mulheres. Ainda segundo a mesma, em alguns lugares ainda existe uma resistência a essas mudanças, devido ao forte conservadorismo existentes em algumas sociedades patriarcais (PETERSON, 1996, p. 876). Na Libéria, o exemplo de participação pode ser visto: após a resolução do conflito civil, as mulheres politizadas conseguiram ganhar maior espaço no âmbito político e na esfera pública em geral com a eleição da primeira presidente mulher liberiana, Ellen Johnson-Sirleaf (ALAGA, 2011).

A fim de criar a base necessária para a discussão sobre a atuação das mulheres liberianas durante a Segunda Guerra Civil da Libéria, o próximo capítulo buscará fazer um apanhado histórico a partir de uma revisão bibliográfica sobre o país em questão, ressaltando a situação socioeconômica encontrada no país frente à sua longa história de tensões étnicas entre os diversos grupos tribais localizados no território nacional.

CAPÍTULO II – TENSÕES E CONFLITOS NA HISTÓRIA DA LIBÉRIA

Comumente, quando realizado uma reflexão sobre os países do continente africano, muitos os retratariam como sendo Estados altamente explorados durante o período de colonização por parte dos países desenvolvidos da época, resultando em pobreza e baixos índices de desenvolvimento humano. Por mais que isto, em grande parte dos casos, corresponda à história dos Estados africanos, existem algumas exceções que necessitam ser reconhecidas. O caso da Libéria é uma dessas.

A Libéria é um país costeiro localizado na região ocidental do continente africano. Este pequeno país torna-se uma grande fonte de estudos para o campo das Relações Internacionais devido a sua história única na região. Desde sua fundação, a Libéria demonstrou uma enorme ligação política e cultural com os Estados Unidos (EUA), fazendo com que esse país fosse o primeiro a instaurar uma república independente na África Ocidental (THEOBALD, 2014).

Ademais, as crescentes manifestações políticas e militares de homens e mulheres liberianos a partir do final da década de 1970, que por sua vez ocasionaram em diversas ações internacionais conjuntas tanto no âmbito das Organizações Unidas (ONU) quanto no da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), nos proporcionam valiosas oportunidades de estudos políticos e sociais levando em consideração assuntos como, por exemplo, o gênero. Olhando para a história mais recente, a Libéria mostra também uma importância internacional decorrente de seu papel na evolução do processo da justiça internacional com a intervenção da comunidade internacional em assuntos soberanos estatais, sendo esta justificada pelo abuso e crimes contra os direitos humanos (KIEH, 2009).

A fim de melhor assimilar as origens da Segunda Guerra Civil da Libéria, faz-se necessário a compreensão dos diversos fatores deflagradores desse conflito. Torna-se necessário, assim, uma breve discussão acerca da fundação segregacionista da República da Libéria e suas implicações socioeconômicas. Dessa forma, esse segundo capítulo, de cunho histórico, realizado a partir de uma revisão da literatura acerca da história do país e das duas guerras civis pelas quais ele passou, será dividido em três subseções, sendo que na primeira será exposto brevemente o contexto histórico da Libéria desde sua fundação até a década de 1990, especificamente no término da Primeira Guerra Civil em 1996. Na segunda parte se discorrerá sobre as causas e motivações que levaram a um segundo conflito civil na região, refletindo sobre uma possível repetição histórica de erros governamentais e perpetuação de uma condição de violência estrutural. Por fim, em uma terceira subseção, pretende-se abordar

cronologicamente os movimentos de guerra realizados no decorrer da Segunda Guerra Civil da Libéria (1999-2003), expondo assim o necessário para a realização do estudo de caso sobre a participação das mulheres liberianas durante o segundo conflito civil no próximo capítulo deste trabalho.

II.1 Contexto Histórico Liberiano: da fundação da República Independente da Libéria à sua Primeira Guerra Civil

A Libéria, como mencionado anteriormente, possui uma história única no continente africano. Não apenas por sua vasta diversidade cultural ou por sua ampla disponibilidade de recursos naturais em território nacional, mas pelas políticas públicas estabelecidas decorrente de uma relação de afinidade com o governo dos EUA.

Segundo Anne Theobald (2014), a Libéria é um país costeiro localizado na África ocidental, possuindo assim, uma área total de 97,754 km². Seu território faz fronteira com três outros países: Serra Leoa (Oeste), Guiné (Norte) e Costa do Marfim (Leste). A capital da Libéria chama-se Monróvia, lugar este onde residem 3/4 da população nacional, que ao todo totaliza aproximadamente 4.1 milhões de pessoas nos dias atuais. A autora ainda aponta que a Libéria foi fundada em 1822 com a instalação de afro-americanos (escravos norte-americanos e caribenhos libertos que retornavam à África) nessa região costeira. A íntima relação com os EUA proporcionou o processo de independência em 1847, tornando-se assim, a Libéria a primeira república africana independente no continente.

O estabelecimento de novos indivíduos em uma região já habitada por diversos grupos étnicos gerou relações de submissão e marginalização. Richard Iroanya (2008) expõe que existiam 16 diferentes grupos indígenas presentes na atual região da Libéria, cada grupo demonstrando os mais diversos aspectos culturais e sociais. Segundo o mesmo, como pode ser observado na figura 1, estes grupos étnicos são: *Kpelle; Bassa; Gio; Kru; Grebo; Mano; Krahn; Gola; Gbandi; Loma; Kissi; Vai; Dei; Bella; Mandingo; e Mende*. Somando em conjunto todos os grupos indígenas do atual território nacional, essas comunidades constituiriam em torno de 95% da população liberiana.

Figura 1. Grupos Étnicos no território da Libéria



Fonte: WAUGH, 2011, p. 46.

Anne Theobald (2014) explica que os descendentes dos ex-escravos comumente conhecidos como Américo-Liberianos instauraram um governo segregacionista em relação aos indígenas localizados na região.

Esses chamados Américo-Liberianos constituíam aproximadamente cinco por cento de 2.5 milhões de habitantes no passado. O resto da população eram tribos indígenas divididas em 16 grupos étnicos, muitos os quais tinham conexões com outras comunidades nos países vizinhos. (THEOBALD, 2014, 31, tradução nossa).

A identificação dessas relações entre os grupos étnicos é essencial ao trabalho aqui proposto, visto que elas transcendem as fronteiras nacionais. É necessário entender que os conflitos civis originados na Libéria tiveram consequências internacionais nos países vizinhos, em grande parte decorrente dessa estreita ligação cultural entre os diferentes grupos étnicos da região cortada pelo Rio Mano no extremo da África Ocidental.

Alguns podem levantar questionamentos referentes a dominação que uma parcela de apenas 5% da população exercia sobre os outros grupos populacionais da região. Todavia, como observado a partir dos escritos de Catarina Faria Alves Silveira (2008), o caso da Libéria deve ser estudado tendo em mente sua peculiaridade única. Desde sua colonização

pelos escravos libertos afro-americanos em 1822, demonstrou-se na Libéria um forte processo de marginalização dos integrantes dos outros 16 grupos étnicos que já habitavam o território do atual do país. A instabilidade e tensões no âmbito interno cresceram devido ao modo pelo qual os novos colonizadores se estabeleceram no continente, ignorando e segregando as práticas religiosas e culturais dos outros grupos. Ainda de acordo com Silveira, com o processo de independência em 1847, a Libéria estreitou sua relação política bilateral com os EUA, em grande parte decorrente da região ter servido como uma espécie de assentamento para os escravos libertos norte-americanos. Desta maneira, uma pequena parcela da população liberiana possuía uma conexão histórica com a potência americana. (SILVEIRA, 2008)

Tal argumento é reafirmado por Huband (1998), de acordo com o qual, tendo em vista a exploração sofrida por esses ex-escravos, o governo norte-americano auxiliou esse grupo financeiramente e politicamente a fim de se estabelecerem nas praias de Monróvia, tornando-se essa a capital da Libéria. O autor identifica essa ajuda dos EUA como uma tentativa de apaziguar todas as explorações e massacres históricos sofridos por esses ex-escravos.

Esse ponto torna-se essencial para o entendimento da dominação e marginalização estabelecidas no território liberiano. Segundo Huband (1998), os auxílios e a conexão com o governo dos EUA geraram uma crise de identidade dentre a população da Libéria. O grupo descendente dos ex-escravos americanos acreditavam piamente serem, em parte, americanos – como se fossem uma espécie de ‘primos distantes’. Desta forma que se apresenta a peculiaridade histórica do país, dada a existência de complexa relação cultural e política entre os dois Estados mencionados.

A Libéria tem uma história que precisa ser levada em consideração. Aqui, unicamente no continente africano, pessoas negras que vieram de um outro lugar (...), colonizaram indígenas negros da terra que primeiramente foram reduzidos pelo escravismo, e em seguida foram restringidos a posições inferiores e forçados para longe da costa para viver no interior do país. (HUBAND, 1998, p. xii, tradução nossa).

Ainda acerca da relação entre os Américo-Liberianos e os EUA, percebe-se dessa maneira que a proximidade com o governo norte-americano foi fator determinante para o estabelecimento de um governo elitista com uma grande marginalização dos indígenas na Libéria. Como é apontado por Anne Theobald (2014), os Américo-Liberianos controlaram o país por mais de um século, sendo que durante boa parte desse período os nativos não possuíam direitos políticos. A autora expõe que os nativos liberianos só vieram a receber cidadania completa em 1904. Apesar da cidadania, ainda era claro a existência de uma enorme segregação social e econômica existente no país, onde apenas 4% da população

concentrava o equivalente a 60% de todas as riquezas do Estado referentes a exploração dos recursos naturais da região (THEOBALD, 2014).

A explicação para tal quietude dos grupos étnicos marginalizados da região, além do apoio político e militar dos EUA, era de que na metade do século XX, a Libéria apresentava a segunda maior taxa de crescimento econômico do mundo, apenas atrás do Japão. Mary Moran e Anne Pitcher (2004) apontam a origem dessa taxa de crescimento econômico na enorme exportação de matérias-primas como a borracha, o minério de ferro e a madeira. É importante ressaltar mais uma vez que, apesar de tal crescimento econômico, a Libéria apresentava alta concentração de renda nas mãos da elite Monrovia. Desta maneira, essa independência vanguardista e esse enriquecimento da classe de elite devem ser analisados em conjunto com a proximidade e o suporte político dos EUA. O apoio da potência norte-americana, por sua vez, como as próprias autoras comentam, poderia ser pensando como uma forma de compensação aos indivíduos que tiveram seus ancestrais escravizados no passado; ou como uma forma de ingresso político e econômico na África Ocidental. (MORAN; PITCHER, 2004)

Apesar da monstruosa segregação política e social étnica presente no território nacional, dado o controle pela classe elitista liberiana, uma autora africana ratifica o argumento anteriormente exposto de que a Libéria teria desfrutado de uma estabilidade social e econômica: De acordo com Ecoma Alaga (2011), essa estabilidade socioeconômica veio a ser conturbada somente no final da década de 1970, devido à crise financeira internacional que derrubou os preços dos produtos básicos de exportação do país. A crise afetou a população, principalmente, visto o aumento dos preços dos produtos alimentícios básicos de importação, como por exemplo, o arroz parboilizado, que teve um aumento de 50% em seu valor (ALAGA, 2011).

Dessa maneira, o sistema político liberiano de um único partido (*True Whig Party*, fundado em 1869), advindo da parcela populacional Américo-Liberiana, começou a ruir no começo da década de 1970 (WAUGH, 2011). O governo de William R. Tolbert Jr. foi constantemente questionado por uma crescente oposição política, principalmente após a crise dos bens de exportação primária liberianos durante a crise mundial da década de 1970. De acordo com Theobald (2014), se a situação socioeconômica da população indígena já era precária antes desses eventos, após a queda das exportações liberianas, o governo não era mais capaz de importar eficientemente bens de consumo básico como comida. A insatisfação popular resultante da segregação histórica cultural e da falta de recursos básicos culminou em diversos protestos violentos no ano de 1979.

A crise do petróleo da década de 1970 e a reviravolta econômica mundial em relação aos preços das *commodities* trouxeram o término da estabilidade econômica da Libéria. Os principais produtos de exportação da Libéria – borracha, minério de ferro, madeira, azeite de dendê e outros produtos agrícolas – estavam todos experimentando um declínio nos preços. Ao mesmo tempo, vozes por mudanças estavam crescentemente sendo levantadas nas comunidades [...]. (WAUGH, 2011, p. 34, tradução nossa)

Theobald (2014) ainda expõe que, apesar dos últimos dois governos Américo-Liberianos (Willian S. Tubman 1944-1971; e William R. Tolbert Jr. 1971-1980) terem buscado lidar com o problema de segregação entre os diferentes grupos étnicos, a condição social da maioria da população levou a um aumento exponencial das tensões civis.

Ainda na segunda metade da década de 1970, reconhecendo que as tensões dentro do país se intensificavam cada vez mais, o presidente Tolbert estabeleceu medidas públicas a fim de empoderar indivíduos de *status* mais elevados dentre os diferentes grupos indígenas. Colin Waugh (2011) constata que foi uma tentativa de trazer um maior número de nativos liberianos para o governo, tendo o intuito de reduzir a marginalização e, conseqüentemente, a insatisfação popular. Por volta de 1978, as confrontações com o governo foram intensificadas, demonstrando que as medidas governamentais não eram mais suficientes dada a situação socioeconômica do país. O presidente Tolbert começou a perder o controle da situação, ainda mais com a perda do apoio político/militar do Pentágono e da CIA ao seu governo.

Tensões emergindo das preocupações e desafios sócio-políticos e econômicos aumentaram em 1980, resultando no assassinato do Presidente Tolbert e no rompimento do poder por parte de um grupo de oficiais militares liderados por Thomas Quiwonkpa, Thomas Weh-Syen, Samuel Doe, Harrison Dahn, Harrison Pennue and Nelson Toe. Esse regime comandado por esta junta militar, o Conselho de Redenção Popular, era liderado pelo Primeiro Sargento Samuel Doe. [...] maioria dos seus membros eram originados da Libéria oriental – dos grupos étnicos Gio e Krahn. (ALAGA, 2011, p. 70, tradução nossa).

O golpe de 1980 que resultou na instauração do governo regido pelo Conselho de Redenção Popular (PRC) liderado por Samuel Doe foi um marco na história da Libéria, colocando um fim a 133 anos de dominação da esfera política pelos Américo-Liberianos. As tensões que já eram crescentes, aumentaram exponencialmente com as políticas adotadas pelo novo regime. Alaga (2011) afirma que o governo de Doe era caracterizado por constantes violações dos direitos humanos, incluindo assassinatos arbitrários, prisões e apreensões, repressão política aos opositores, proibição de protestos e manifestações populares – utilizando de um argumento antissocialista. Ademais, a autora constata nessa época um

aumento considerável de crimes baseados no gênero, como por exemplo, o aumento de estupros contra as mulheres liberianas mais pobres e jovens do interior.

Por conseguinte, Anne Theobald (2014) verifica que o governo do presidente Doe, fundamentado em bases étnicas do seu grupo Krahn com uma coalizão com o grupo Mandingo¹, aumentou a segregação entre os diferentes grupos étnicos da região da Libéria a partir de uma divisão institucionalizada do trabalho e do acesso aos recursos baseados na sua etnia.

Figura 2. Execuções na Praia de Barclay, Monróvia²



Fonte: WAUH, 2011, 79.

Diante de todos esses fatores, um questionamento latente é de como Samuel Doe conseguiu continuar no poder durante praticamente toda a década de 1980 (1980-1989). Para compreender tal fenômeno torna-se necessário observar a conjuntura internacional da década de 1980. Como Anne Theobald (2014) explica, tendo em vista a conjuntura de Guerra Fria e a disputa ideológica entre os EUA e a URSS, no decorrer da primeira metade da década de 80, o governo de Samuel Doe encontrou apoio político no governo norte-americano. Entretanto, com o término da mesma, a Libéria perdeu sua importância estratégica na agenda dos EUA, criando uma vulnerabilidade e instabilidade política e econômica no governo Doe.

Agravando ainda mais a instabilidade civil durante o regime Doe, ocorreu um massacre de indivíduos dos grupos Gio e Mano em 1985 por militares das *Forças Armadas*

¹ Theobald (2014, p. 40) expõe que o grupo étnico Gio participou inicialmente da coalizão, mas acabou sendo perseguido nos anos seguintes do governo Taylor.

² Como exemplo das atrocidades cometidas durante o regime Doe, logo após o golpe militar de 1980, 9 ministros do governo anterior foram amarrados a postes de madeira e executados na praia de Monróvia, perante uma multidão de civis e a mídia nacional (WAUGH, 2011, p. 79)

da Libéria (AFL), contabilizando um total de 3.000 civis mortos no Condado da Nimba (THEOBALD, 2014). Esse evento histórico nos ajudará a compreender mais à frente a origem das motivações dos indivíduos residentes na Nimba em apoiar os movimentos rebeldes contra o governo ditatorial de Doe durante a Primeira Guerra Civil da Libéria.

Cidadãos Mano e Gio comuns, no Condado da Nimba, Monróvia e outras partes do país, estavam sendo crescentemente perseguidos pelas forças do presidente Doe devido puramente a razões étnicas, não havendo nenhum tipo de ofensa ou nenhuma vantagem política óbvia. As Forças Armadas da Libéria (AFL) foram enviadas para a Nimba em uma invasão repressora, matando civis e saqueando suas propriedades [...] no que se constituiu um ataque puramente étnico do Krahn contra Gio e Mano. (WAUGH, 2011, p. 99, tradução nossa)

Apesar de terem sido realizadas eleições em 1985, resultando na vitória de Samuel Doe, a história da Libéria está marcada pela instabilidade política e econômica. Silveira (2008) observa que as crescentes tensões entre os diferentes grupos deve-se, em grande parte, a falta de vontade e capacidade dos governantes de lidar com os problemas estruturais intrínsecos à sociedade no decorrer da história do país. Pode-se ainda verificar uma reutilização das mesmas políticas e estratégias usadas pelos Américo-Liberianos, que intensificaram ainda mais as tensões já existentes entre as diferentes comunidades. Por exemplo, após as eleições de 1985, torna-se clara a presença de medidas e decisões ditatoriais no governo Doe, pois os grupos étnicos diferentes daquele do presidente tinham poucas oportunidades de acesso na esfera pública (SILVEIRA, 2008).

Charles Taylor, por exemplo, membro do gabinete oficial do Estado, era um dos dois não nativos-liberianos participantes do governo Doe no começo da década de 1980. Como Taylor, muitos políticos haviam ingressado inicialmente no governo – principalmente os constituintes do grupo Gio, pois acreditavam que esse novo momento histórico no país fosse mudar radicalmente os rumos sociais e econômicos da Libéria. Contudo, com as atrocidades e repressões, muitos desses políticos, incluindo Taylor, abandonaram o governo, procurando refúgio nos países vizinhos ou até mesmo mais distantes (WAUGH, 2011).

Após 5 anos de sua fuga da Libéria, em dezembro de 1989, Charles Taylor retornou ao país. Como havia passado os seus anos de formação nos EUA, Taylor sabia que seria necessário estabelecer uma conexão com o povo liberiano. Huband (1998) explica que, a fim de criar essa relação, Taylor juntou-se e, posteriormente, tomou o comando da *Frente Patriótica Nacional da Libéria* (NPFL). Em dezembro de 1989 irrompeu a guerra civil.

Com um discurso em prol da democratização nacional em detrimento do governo autoritário de Samuel Doe, em dezembro de 1989, mais especificamente na noite do Natal, a NPFL liderada por Charles Taylor iniciou uma invasão ao Condado da Nimba. A escolha

dessa região foi planejada tendo em vista sua proximidade das bases rebeldes da NPFL na Costa do Marfim e a insatisfação dos indivíduos da Nimba devido ao massacre ocorrido em 1985, como citado anteriormente (WAUGH, 2011). Segundo Anne Theobald (2014), inicialmente, a NPFL consistia de 200 soldados rebeldes, dentre eles: (1) indivíduos do grupo Gio; (2) habitantes do Condado da Nimba; e (3) outros exilados políticos e refugiados na Costa do Marfim. Pode-se atestar a insatisfação com o governo Doe a partir do número de combatentes no mês de maio do ano seguinte, quando já passava de 10.000. Verifica-se também que esse crescimento considerável foi decorrente do suporte econômico e militar de terceiros atores, como a Líbia, a Burquina Faso e a Costa do Marfim. (THEOBALD, 2014)

Mark Huband (1998) expõe que o medo se alastrou pelo Estado devido as medidas destrutivas adotadas por ambas as partes beligerantes. Consistindo em outro agravante, a invasão ao Condado da Nimba gerou diversos órfãos de entre 14 a 16 anos, que foram recrutados voluntariamente ou arbitrariamente pelas facções. Dessa maneira, o grupo rebelde utilizava de adolescentes e crianças como soldados de guerra, inclusive garotas. Com o decorrer do conflito e com o acesso ao poder sob os civis, esses jovens rapidamente se transformaram em uma geração que não conhecia as regras tradicionais, apenas aquelas de guerra onde os mais fortes sobrevivem. O autor explica que o terror se estabeleceu entre os civis, resultando em abusos morais e sexuais constantes por ambas as partes envolvidas no conflito.

Ainda acerca deste período, segundo Moran e Pitcher (2004, p. 505), mais de 200.000 pessoas foram mortas devido a guerra civil, além das extremas condições sociais e econômicas impostas aos liberianos. Além disso, a instabilidade política e os conflitos na Libéria influenciaram diretamente a situação social de seus vizinhos fronteiriços. A Primeira Guerra Civil da Libéria foi um fator de influência direta na emergência de conflitos civis na Serra Leoa, além de tensões e instabilidades no sul da Guiné e da parte ocidental da Costa do Marfim. Ou seja, a instabilidade social no território da Libéria transbordou para todos os países da região do Rio Mano.

Muitos questionam o motivo pelo qual o governo dos EUA, que possuía uma relação tão próxima com a Libéria, não se envolveu diplomaticamente com a resolução do conflito. Ainda de acordo com Moran e Pitcher (2004), os EUA acreditavam que a paz e a estabilidade na região seria alcançada apenas se a Nigéria se colocasse como liderança regional, mas existia uma ausência de um poder estatal regional que direcionasse os países da África Ocidental ao desenvolvimento democrático.

Ademais, na conjuntura internacional do pós-Guerra Fria, os interesses norte-americanos não condiziam com uma intervenção direta no conflito. O liberalismo econômico e político era o foco principal dos EUA na segunda metade da década de 1980. Ainda que houvesse essa tentativa de adequação aos parâmetros da Nova Ordem Mundial pela África, como apontado por Paulo Fagundes Visentini (2012), as perdas econômicas e políticas geraram a marginalização da África perante a comunidade internacional neste período, fazendo com que emergisse dentro de alguns países africanos conflitos de caráter étnico e ideológico travados com apoio de potências locais e regionais.

Mais uma vez torna-se crucial ressaltar o caráter étnico do conflito, destacando as diferentes etnias das frentes militares. Como mencionado anteriormente, o governo Doe baseava-se em uma coalização étnica entre os Krahns e os Mandingos. Por outro lado, Charles Taylor possuía um forte apoio dos grupos Gio e Mano. Essa dinâmica inicial foi alterada a partir dos movimentos separatistas dentro das próprias facções rebeldes. Como, por exemplo, a separação da NPFL em duas facções distintas no ano de 1990: uma liderada por Charles Taylor (NPFL); e a *Frente Independente Patriótica Nacional da Libéria* (INPFL) comandada por Prince Yeduo Johnson. Posteriormente, outra facção de grande peso militar sofreu um processo de divisão. O *Movimento Unido para a Democracia na Libéria* (ULIMO) veio a se separar em duas outras facções distintas: a ULIMO-K (Kromah) e a ULIMO-J (Johnson). Este cenário demonstra como o conflito civil na Libéria atingiu um nível crítico com a pluralidade de facções rebeldes existentes no território nacional, sendo que todas as partes buscavam a dominação e o controle dos recursos naturais de determinadas áreas do Estado (THEOBALD, 2014).

Tendo em vista o enorme número de causalidades e refugiados gerados pela guerra civil, surgiu a necessidade e responsabilidade de intervenção pela *Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental* (ECOWAS) em 1990. Dessa forma, a Nigéria e outros países africanos envolveram-se no conflito na medida em que enviaram tropas de paz a Libéria – o ECOMOG (*grupo de monitoramento da ECOWAS*). Entretanto, como explanado por Theobald (2014), ao invés de incentivar o fim dos confrontos armados, motivado por interesses financeiros como o controle dos recursos naturais como diamantes, a madeira, o cacau, a borracha, o minério de ferro, entre outros, o ECOMOG tomou partido no conflito auxiliando economicamente e militarmente algumas das facções envolvidas no embate, até mesmo participando dos saques e lucros de guerra.

O ECOMOG teve uma importante e decisiva função militar durante a Primeira Guerra Civil da Libéria: O envio de tropas de paz da ECOMOG ao país resultou no assassinato do

presidente Doe em setembro de 1990. De acordo com Richard Iroanya (2008), uma armadilha foi criada pela INPFL com a cooperação da ECOMOG, de modo que o presidente Doe fosse capturado. Entretanto, a morte de Samuel Doe não resultou no término do conflito. Na verdade, a falta de liderança na Monróvia intensificou a disputa entre as facções rebeldes a fim de tomar o controle do Estado, e assim, o legítimo direito a exploração dos recursos naturais estatais. Pode-se, ainda, constatar o subsídio militar de outros países (principalmente Serra Leoa, Guiné e Costa do Marfim) às facções liberianas, prolongando ainda mais o conflito (IROANYA, 2008, p. 72).

Entre 1990 e 1997, nove acordos de cessar-fogo foram negociados e diversos governos transitórios foram instaurados, mas nenhum deles perdurou. Apesar da eventual instalação da Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria (UNOMIL) em 1993, a guerra continuou até 1996, quando o II Acordo de Paz de Abuja trouxe alguma estabilidade e instaurou o terceiro governo transitório sob o comando de Ruth Perry. Em agosto de 1997, Charles Taylor foi eleito Presidente da Libéria, derrotando Ellen Johnson-Sirleaf. A votação foi geralmente considerada como livre e justa, embora tenha sido dominada e decidida pelo medo e ameaça de mais violência pelo antigo senhor da guerra. (THEOBALD, 2014, p. 41, tradução nossa)

De 1992 a 1995, diversos acordos de paz foram negociados, sendo alguns deles até ratificados pelos grupos rebeldes envolvidos. Entretanto, apesar dos esforços em atingir um consenso diplomático, a violência continuou a ser imposta na capital Monróvia e, principalmente, no interior do país. Alguns pontos ressaltados nas conversas de paz eram: a instauração de um governo transitório transparente e sem a segregação dos diferentes grupos étnicos; o estabelecimento de um cessar-fogo e um processo de desmobilização das forças combatentes das facções; e a realização de uma reforma estrutural no corpo de segurança nacional, mais especificamente na AFL (ALAGA, 2011).

Em 1995, foi assinado o Acordo de Abuja, no qual foi estabelecido uma cúpula estatal para a administração do país até as eleições presidências democráticas. Uma segunda versão foi assinada em agosto de 1996, estabelecendo enfim, o governo transitório nacional da Libéria sob o comando de Ruth Perry e, conseqüentemente, o término da primeira fase do conflito civil. Alaga (2011, p. 72) ainda aponta que, em 1997, ocorreram as eleições presidenciais, nas quais Charles Taylor foi eleito com aproximadamente 70% dos votos.

II.2 As Causas Estruturais e Imediatas da Segunda Guerra Civil da Libéria

Guerras e conflitos civis, situadas no âmbito nacional, comumente são analisadas a partir de algumas abordagens que se concentram em fatores de influência na vida dos

cidadãos. Como já mencionado, as causas de uma guerra civil podem estar enraizadas na sociedade devido a fatores étnicos e culturais presentes no dia-a-dia da comunidade. Outra abordagem distinta, conforme proposto por Paul Collier, vê a deflagração de uma guerra civil estabelecida a partir da ganância e cobiça dos atores na esfera nacional pelo controle dos recursos materiais e naturais do Estado, como por exemplo, diamantes, petróleo, madeira, mineiro de ferro, entre outros (KIEH, 2009, p. 9).

Os recursos naturais desempenham uma função fundamental no financiamento de conflitos. Silveira (2008) explica que quando os recursos naturais são utilizados por partes beligerantes em uma guerra civil, estes são denominados como *recursos de conflito*. Desta forma, pode-se constatar uma ligação direta entre o controle dos recursos naturais de um determinado país e os conflitos violentos que se estabelecem no mesmo. O argumento principal seria de que o acesso às matérias-primas de uma região fomentaria as disputas entre a classe dominante e os grupos marginalizados. Pode-se ainda verificar uma intensificação da violência em casos onde existe uma forte diversidade étnica-cultural entre os grupos, ainda mais se o país houver enfrentado problemas civis anteriormente em sua história.

Todavia, tendo em vista o estudo de caso aqui proposto, as causas da Segunda Guerra Civil da Libéria vão além do que essas duas abordagens isoladamente poderiam explicar. Dessa forma, baseando-se no artigo de George Klay Kieh Jr. (2009), podemos utilizar o modelo integrativo, utilizando a premissa básica de que os conflitos domésticos civis surgem devido a uma junção de diversos fatores e problemas socioeconômicos e culturais.

Além disso, em cenários socioeconômicos como o encontrado na Libéria no pós-primeira guerra civil, a presença latente de fatores como pobreza extrema, fome em massa, e serviços de saúde pública precários, resultam na insatisfação e desespero popular. Dessa maneira, essa seria teoricamente uma cultura que os governantes não deveriam desejar, pois a não satisfação dos cidadãos com o governo pode persuadi-los a engajarem violentamente em prol de seus direitos básicos. Isto, como exposto por Kieh (2009), posto que consistiria na única opção remanescente para a população.

As diferentes identidades, a distribuição dos recursos e do acesso ao poder, e as definições competitivas do que é certo, justo e equitativo. A partir dessa base, existem diversos derivados. Primeiro, o governo viola os direitos humanos básicos, incluindo as liberdades de expressão, de pensamento, de associação, de reunião e de mídia. Um dos maiores efeitos resultantes é que todas as vias legais para buscar a reparação de queixas e insatisfações são praticamente inexistentes. Assim, o recurso à violência armada torna-se a única opção viável. (KIEH, 2009, p. 9-10, tradução nossa)

Um fato é evidente quando debatido sobre as áreas produtivas e as tensões civis. Os lucros do controle e venda dos recursos naturais são convertidos em investimentos militares

ou paramilitares, gerando um ciclo de violência, como podemos observar no caso da Libéria. Com a situação socioeconômica problemática e o avanço da insegurança no território nacional, os indivíduos afetados socialmente se viam com duas possibilidades: (1) se tornar um refugiado em outra área distante, fora da zona de guerra; (2) unir-se as facções rebeldes, a fim de conseguir proteção e participação no controle dos recursos e os lucros de guerra (saques). Os campos para refugiados na região do Mano River Union não eram capazes de prover recursos básicos para a sobrevivência digna dos indivíduos refugiados. Dessa maneira, muitos optavam por perpetuar o ciclo de violência, dada a possibilidade de crescimento econômico pessoal e da sua família, caracterizando assim o conceito da *armadilha do conflito* apresentado por Catarina Silveira (2008, p. 2-3).

Contudo, a simples existência de recursos naturais e a busca pelo controle por diferentes grupos a uma determinada região não necessariamente resultaria em conflitos violentos. Existem outros fatores que devem ser levados em consideração durante uma análise de uma região localmente instável por conta de conflitos civis, como, por exemplo, a corrupção e a presença de governos institucionalmente fracos.

Especificamente no caso da Libéria, as causas da Segunda Guerra Civil podem ser analisadas a partir de dois fatores apresentados por George Kieh (2009). Primeiramente, devem ser analisadas as *Causas Estruturais* que consistiriam nos problemas basilares para a deflagração da guerra civil. Entretanto, como é exposto pelo autor, somente essas causas não seriam efetivamente suficientes para o estabelecimento do conflito civil na Libéria. Dessa maneira, em segundo lugar, estariam as *Causas Imediatas* que levaram a conjuntura internacional a certo ponto onde a guerra étnica seria inevitável (KIEH, 2009, p. 10).

Tendo em vista a melhor organização e compreensão sobre as causas da segunda fase da guerra civil liberiana, essa subseção do capítulo II será dividida em mais duas partes referentes as causas mencionadas – estruturais e imediatas.

II.2.1 As Causas Estruturais

Como exposto anteriormente, após 7 longos anos de conflito civil, em 1996, as facções envolvidas na Primeira Guerra Civil da Libéria concordaram em um cessar-fogo, aceitando as premissas do II Acordo de Paz de Abuja. Este acordo de paz estipulou que a Libéria passaria por uma fase transitória para a paz, consistindo em um processo de desarmamento, desmobilização, reabilitação e reintegração dos indivíduos na sociedade.

Ainda mais, o acordo de paz também estabeleceu que eleições democráticas deveriam ser realizadas com urgência, sendo necessário reestruturar e reformar o setor de segurança nacional após as eleições presidenciais de 1997. A ECOWAS/ECOMOG, como constatado por Moran e Pitcher (2004), estaria encarregada de supervisionar o processo de reestruturação das forças armadas da Libéria, visando a um processo democrático com a ausência de uma possível segregação dos indivíduos anteriormente constituintes das facções opositoras ao candidato eleito.

Tendo em vista a urgência de um encaminhamento político no pós-Primeira Guerra Civil, a ECOWAS e a ONU apoiaram a candidatura de Charles Taylor, mesmo sendo este responsável pelo início do conflito. Moran e Pitcher (2004) explicam que Taylor era o único candidato com acesso a fundos e a mídia, afetando assim, o suposto caráter democrático das eleições de 1997. Além do suporte obtido a partir da ECOWAS e da ONU, durante o período da primeira fase do conflito, Charles Taylor criou uma rede global de venda ilegal dos recursos materiais primários do país. A extração e venda ilegal de diamantes, borracha, ouro e minério de ferro proporcionaram a Taylor uma enorme acumulação de capital, fazendo com que ele tivesse uma vantagem desleal nas eleições (MORAN; PITCHER, 2004, p. 505-506).

Após sua eleição, Charles Taylor buscou uma coalizão com os líderes da ULIMO-J e ULIMO-K, Roosevelt Johnson e Alhaji Kromah respectivamente, convidando-os a participar no governo. Apesar das aparentes medidas e tentativas de inclusão dos líderes de diferentes grupos étnicos, o regime Taylor não promoveu quaisquer políticas públicas com o intuito de sanar os problemas estruturais resultantes da Primeira Guerra Civil, tais como as violações dos direitos humanos, a repreensão política, a segregação étnica, e a monstruosa concentração de renda e corrupção existentes no país. Ainda mais, mesmo o presidente tendo convidado Johnson e Koromah, segundo Iroanya (2008), em 1 ano estes dois viriam a deixar suas funções estatais, alegando a existência de uma atmosfera hostil e preconceituosa em relação a indivíduos que não fossem do grupo de interesse étnico do presidente Taylor. Ademais, Taylor negou a reestruturação e supervisão das forças armadas nacionais pela ECOWAS, como tinha sido estipulado no II Acordo de Paz de Abuja. O presidente Taylor alegou que, como ele tinha sido democraticamente eleito, a constituição nacional o legitimava a tal função (IROANYA, 2008).

Assim sendo, as causas estruturais da Segunda Guerra Civil da Libéria, podem ser divididas em três principais fatores consequentes das ações e políticas estabelecidas pelo presidente Taylor. Primeiramente, o processo falho de desarmamento, desmobilização, reabilitação e reintegração (DDRR); em segundo lugar, a ausência de uma reforma do setor

de segurança nacional como estipulado pelos acordos de paz; e por último, a recusa do governo de Taylor em lidar com os problemas socioeconômicos e políticos da primeira fase da guerra civil liberiana. Kieh (2009) explica que essas atividades de transição foram negligenciadas por Taylor, uma vez que o processo de DDRR foi incompleto; a reforma no setor de segurança nacional não foi satisfatória, já que não buscou incluir indivíduos de outros grupos étnicos; além de que tratar as causas da primeira guerra nunca foi do interesse do presidente.

Para que a paz fosse efetivamente alcançada na Libéria, seria necessário o estabelecimento das atividades de transição de um conflito para que a convivência pacífica entre os cidadãos fosse atingida, visto que muitos dos civis foram vítimas dos antigos combatentes rebeldes. Todavia, constata-se que apesar do processo de DDRR ter sido colocado em prática, este não foi completado. A fase do desarmamento ocorreu no território liberiano, onde, durante 72 dias (26/11/1996 - 07/02/1997), os ex-combatentes tiveram a chance de entregar suas armas nos centros recolhedores estatais ao redor do país. Segundo Kieh (2009, p. 11), esta consistiria em uma fase crítica no processo de transição para a paz, e que claramente não foi gasto o tempo necessário para se alcançar uma maior credibilidade e cooperação da população. O montante de armas obtido durante a fase de desarmamento foi equivalente a menos de 50% do esperado, visto o número total de 60,000 soldados envolvidos na Primeira Guerra Civil.

A simples entrega de armas por ex-combatentes não seria suficiente para o estabelecimento de uma paz duradoura. O regime Taylor também fracassou na implementação do processo de desmobilização e reabilitação desses ex-guerrilheiros. Muitos combatentes entregaram seus equipamentos de guerra somente para passar uma falsa impressão de cooperação para o governo Taylor. Fingindo uma cooperação com o presente regime, esses combatentes podiam organizar discretamente os futuros movimentos estratégicos de suas facções. Muitos deles acreditavam que a guerra seria necessária, visto a forte ideia de que Taylor não deixaria o poder mesmo que ele perdesse as eleições de 1997 (SESAY *et al*, 2009, p. 40).

Os próprios combatentes da NPFL, sob o comando de Taylor, continuavam alerta para um possível conflito armado, não se engajando assim, no processo de desarmamento. Isto nos mostra que havia uma real ameaça de Taylor reativar a máquina de guerra caso ele perdesse as eleições de 1997 (KIEH, 2009). Observa-se claramente a falha do regime de Taylor em desmobilizar os grupos rebeldes, dado às suas próprias políticas estabelecidas que demonstravam um óbvio favorecimento da sua milícia (NPFL). Antes mesmo das eleições de

1997, a intimidação política e militar reinava no território nacional, afim de garantir a todo custo a vitória de Taylor. Seus combatentes da NPFL mobilizaram-se para assediar e ameaçar os possíveis candidatos presidenciais opositores ao regime de Taylor. Podemos observar o exemplo da atual presidente da Libéria Ellen Johnson Sirleaf, alvo de ameaças e assédio moral pelas tropas de Taylor enquanto realizava sua campanha eleitoral para as eleições de 1997 na região norte do país, no Condado da Lofa (KIEH, 2009, p. 13).

Além disso, nesses centros especiais, criados para a entrega dos armamentos, não havia a presença de profissionais capacitados para o tratamento e treinamento desses ex-combatentes. Este foi um ponto crítico em relação ao processo de DDRR, a falta de reabilitação e reintegração dos indivíduos. Ambos adolescentes e adultos, acostumados apenas com as crueldades da guerra, necessitavam de um tratamento especial para que pudessem conviver em uma comunidade. A reabilitação era a chave para manter esses ex-combatentes distantes de uma vida de violência, abrindo novas possibilidades trabalhistas além daquelas como soldados e guerrilheiros. Não havia treinamento algum desses indivíduos nos centros especiais para que eles pudessem desenvolver habilidades e, assim, exercer alguma profissão/função legal dentro das comunidades locais (KIEH, 2009).

É preciso ter em mente que, além da grande maioria desses ex-combatentes terem presenciado e realizado atos violentos e cruéis, os civis liberianos que foram vítimas de abusos ao longo da primeira guerra civil agora, teoricamente, teriam que receber seus supostos agressores no dia-a-dia de suas comunidades. A falta de criação de programas com o intuito de reconciliar a população local com os ex-combatentes consistiu em uma das principais causas estruturais, visto que a ausência de treinamento desses indivíduos gerou uma grande parcela de soldados desempregados e socialmente segregados. Como essas pessoas não tinham nenhum vínculo profissional com as comunidades locais, eles eram apenas parte de uma reserva militar esperando a convocação dos senhores da guerra. (SESAY *et al*, 2009)

Tendo em vista a falha da implementação do DDRR sob o regime Taylor, existia ainda mais uma situação que pode ser ressaltada como uma das causas básicas para a deflagração da Segunda Guerra Civil. Uma peça chave para o estabelecimento da paz na Libéria após o término da guerra civil era a reforma do setor de segurança liberiano a partir do que foi estabelecido no II acordo de paz da Abuja, que marcou o término legal da primeira fase da guerra civil (THEOBALD, 2014). O acordo de paz estipulava que um novo exército deveria ser formado e treinado sob a direção das forças de paz do ECOMOG. Quando acordado, os líderes de diferentes facções (incluindo Taylor) aceitaram que seria do interesse

de todos liberianos a reestruturação transparente e aberta a todos os ex-combatentes, não importando seu histórico militar e étnico. Esperava-se que com essa reforma, os ex-combatentes das diversas frentes e milícias fossem incorporados no departamento de segurança nacional, impedindo assim, que o próximo presidente iniciasse uma perseguição aos grupos indígenas não-vitoriosos nas eleições (THEOBALD, 2014).

Entretanto, o presidente Taylor, quando eleito no dia 6 de agosto de 1997, rejeitou o que foi anteriormente acordado. Constatou-se que o presidente incorporou exclusivamente os antigos soldados da NPFL no setor de segurança e na força policial liberiana sem nenhum tipo de treinamento. Vale ressaltar que muitos desses indivíduos eram apenas adolescentes de 14 e 15 anos quando recrutados pela NPFL durante as invasões aos vilarejos (ALAGA, 2011, p. 71-72).

Taylor negou os apelos de incorporação de membros de outras antigas facções armadas na segurança do país, polícia e forças militares. Cumulativamente, essas ações por parte do Presidente Taylor deram o golpe final para qualquer possibilidade de estabelecimento de um *modus vivendi* entre o Presidente Taylor e seus ex-rivais [...]. Consequentemente, a maioria deles fugiram do país [...] então decidiram organizar uma frente conjunta ostensivamente projetada para derrubar Taylor do poder. (KIEH, 2009, p. 16, tradução nossa)

Em resumo, as causas estruturais referem-se ao governo Taylor em não resolver as causas da Primeira Guerra Civil da Libéria. Como pudemos constatar até aqui, um dos principais fatores causadores de tal conflito foi a existência de um Estado neocolonial liberiano, que possuía um caráter exploratório, predatório, negligente e de exclusão social. Esse tipo de Estado estabelecido na Libéria durante mais de seis décadas por governos como, por exemplo, o de Samuel Doe, excluía politicamente os grupos marginalizados segundo sua etnicidade. Além disso promoviam políticas que propiciavam a acumulação de capital pelas multinacionais e a concentração de renda pela classe elitista residente na capital Monróvia. Constata-se que tais políticas geraram altos índices de pobreza e miséria na população liberiana, de forma que os grupos marginalizados sofriam segregação política e cultural (KIEH, 2009). No âmbito político, tendo em vista a falta de compromisso dos seus governantes com os direitos humanos, observa-se que durante diversos regimes, desde a posse de Tubman (1944) até a de Taylor (1997), a história da Libéria foi marcada pela violação dos direitos humanos por parte de seus líderes autoritários. No regime de Samuel Doe (1980-89), por exemplo, diversos membros do partido de oposição foram perseguidos e assassinados, além da tortura ser uma prática militar presente e institucionalizada (WAUGH, 2009).

III.2.2 As Causas Imediatas

Por si só, as primeiras causas apresentadas anteriormente poderiam ou não ter resultado na Segunda Guerra Civil da Libéria. Por mais que as causas estruturais tenham uma importância essencial, constata-se a presença de algumas delas em outras sociedades sem que haja a existência de uma deflagração ou retorno a violência generalizada. As três próximas causas que serão abordadas nesta parte do trabalho tornaram o conflito inevitável na conjuntura nacional liberiana.

A primeira causa imediata pode ser identificada nos discursos presidenciais de Charles Taylor, nos quais o mesmo colocou a culpa do fracasso no estabelecimento do processo de paz nos grupos étnicos opositores ao governo, principalmente nos Mandingos e nos Krahn. Kieh (2009) explica que tais afirmações serviram como uma justificativa do regime Taylor à população e, principalmente, à comunidade internacional, servindo como uma espécie de bode-expiatório étnico. Pode-se observar que, após as eleições de 1997, Charles Taylor iniciou uma perseguição aos líderes e jornalistas dos grupos étnicos mencionados anteriormente. Taylor justificava as capturas e apreensões sob o pretexto de traição e conspiração contra o governo.

Como um exemplo dessa perseguição aos diferentes grupos étnicos, Taylor ordenou a prisão de Roosevelt Johnson, um dos antigos líderes da milícia ULIMO-J e membro do grupo Krahn. Tropas das forças militares nacionais foram enviadas por Taylor à residência de Johnson. Após um conflito violento entre os dois grupos com grandes causalidades, Johnson conseguiu escapar e fugiu para um exílio na vizinha Guiné. Torna-se importante ressaltar tal evento, visto que o remanescente da milícia liderada por Johnson tornou-se parte compositora da principal facção rebelde opositora ao governo nos anos seguintes durante a Segunda Guerra Civil da Libéria (IROANYA, 2008).

Uma segunda causa imediata no processo de retomada da violência civil generalizada na Libéria foi a constante repressão política do governo aos grupos de oposição e a imprensa. A repressão política pode ser constatada em diversos setores da sociedade, como apontado por George Kieh (2009), desde os verdadeiros oponentes políticos e partidos, passando por simpatizantes opositores, até a imprensa. Entre 1997 a 1999, 26 líderes da sociedade civil, incluindo jornalistas, foram presos autoritariamente. Durante o mesmo período, constata-se um total de 357 assassinatos por parte do governo com fins políticos, constituindo uma forma de eliminação de oposição. Kieh (2009, p. 22) cita o caso de *Samuel Dokie*, um dos antigos conselheiros da NPFL que, devido a divergências com Taylor, fundou a *Frente Patriótica*

Nacional da Libéria – Conselho de Revolução Central (NPFL-CRC) em 1996. Após as eleições presidenciais de 1997, Dokie e sua família foram assassinados pelo serviço de segurança especial do governo Taylor.

O governo Taylor se tornou muito repressivo e autoritário, resultando em críticas severas e ressentimento por muitos Liberianos. O governo prendeu, julgou e sentenciou a maioria dos políticos da oposição para a prisão, mesmo à revelia [...]. Grande maioria das organizações midiáticas também foram banidas, como por exemplo, a Rádio Veritas, o Jornal Analista e o Rádio Estrela. (IROANYA, 2008, p. 82, tradução nossa)

Por fim, a última causa imediata foi o mal-estar social e econômico enfrentado pelos grupos marginalizados ao redor do país. Para ter-se uma ideia da situação social caótica encontrada na Libéria, em 2003, a *Economist* se referiu à Libéria como o pior país do mundo para se viver (KIEH, 2009, p. 25). A tabela a seguir demonstra em dados a expectativa de vida, a mortalidade infantil, entre outros índices importantes que nos levam a refletir sobre a conjuntura econômica e social imposta pelo regime Taylor.

Quadro 1. Indicadores Socioeconômicos durante Governo Taylor, 2000-2002

	<i>INDICADOR</i>	
2000	Expectativa de Vida	47.7 anos
2000	Mortalidade Infantil (abaixo de 5) a cada 1.000	196
2000	População com acesso a educação (%)	40
2000	População com acesso a água potável (%)	26
2001	Pobreza: menos de U\$ 1 por dia (%)	76.2
2001	Pobreza Extrema: menos de U\$ 0.50 por dia (%)	52.0

Fonte: KIEH, 2009, p. 25, adaptado.

Desta forma, pode-se concluir que o presidente Charles Taylor não demonstrava capacidade ou interesse de comandar a Libéria para o alcance de um desenvolvimento econômico e social. Na verdade, tendo em vista a intensificação da exploração predatória e das vendas dos recursos naturais do país, esta agora institucionalizada, Taylor buscava apenas continuar com a sua acumulação de capital iniciada durante a primeira guerra civil. A venda de diamantes, ouro, minério de ferro e a borracha geraram um mercado global,

proporcionando o enriquecimento pessoal do então presidente liberiano (MORAN; PITCHER, 2004).

II.3 A Segunda Guerra Civil da Libéria: movimentos de guerra por parte dos grupos beligerantes (1999 – 2003)

Por mais que existam divergências acerca da legitimidade das eleições presidenciais de 1997, Taylor chegou ao poder defendendo, em seu discurso, uma agenda voltada para o estabelecimento de um processo de paz, tanto com a reforma do setor de segurança nacional, quanto com o processo de desarmamento e reintegração dos antigos combatentes. Contudo, após as eleições, Taylor formou um governo exclusivamente com os indivíduos dos grupos étnicos que a ele eram leais. Pode-se observar uma tendência histórica na Libéria dos governadores favorecerem exclusivamente seus grupos étnicos, gerando assim a problematização da marginalização social e política dos outros grupos. Tendo em vista essas políticas no governo Taylor, além da falta de capacidade do governo de implementar o processo de desmobilização das facções e o desarmamento das mesmas, o único cenário possível voltou a ocorrer: Em 1999, a segregação étnica em conjunto com a instabilidade política e econômica mais uma vez serviram como pivô para o início de uma nova guerra civil no território liberiano.

O cenário do pós-Primeira Guerra Civil era caracterizado por uma forte emergência de grupos opositores a Taylor. Ecoma Alaga (2011) aponta que os conflitos eram inevitáveis devido à falta de capacidade do governo de promover uma reconciliação nacional e prover uma segurança básica aos civis no território da Libéria. Além disso, pode-se constatar uma enorme similaridade do governo de Taylor com o de Doe. Torna-se clara uma presença latente, em ambos os governos, de medidas abusivas de poder, que resultaram na opressão de uma grande parcela da população e em uma maior segregação étnica. Fatores como a pobreza, corrupção, e a falta de esperança por um futuro da juventude eram encontrados dentre a população durante estes governos.

O regime autoritário instaurado por Taylor foi possível devido ao amplo suporte político proporcionado pelo seu partido político, o Partido Patriótico Nacional da Libéria (NPP). Como exposto por Sesay *et al.* (2009), a Câmara dos Deputados e o Senado eram praticamente inativos durante a liderança de Taylor devido à ampla disparidade de assentos representativos, tendo também o setor judiciário uma grave dependência/ligação com um presidente.

A balanço final das Eleições Gerais da Libéria de julho de 1997 registrou uma vitória esmagadora para o Partido Patriótico Nacional [NPP] de Taylor com um total de 75,3 por cento dos votos, incluindo 21 de 26 cadeiras disponíveis e 49 de 64 assentos no Senado e na Câmara dos Deputados, respectivamente. Em segundo lugar nas eleições gerais, Ellen Johnson-Sirleaf do Partido Unido (UP) obteve 9,57 por cento, com 3 cadeiras no Senado e 7 na Câmara, enquanto que o Partido de Coalizão de Todos os Liberianos (ALCOP) de Alhaji Kromah recebeu 4 por cento dos votos, 2 e 3 assentos no Senado e na Câmara respectivamente. (SESAY *et al*, 2009, p. 39, tradução nossa)

O momento de tensão crucial que definiu as bases para o futuro levante rebelde aconteceu em 18 de setembro de 1998. Nesta data, tropas militares governamentais invadiram a casa/base de Roosevelt Johnson e tentaram prendê-lo, resultando em uma série de embates sangrentos e na fuga de Johnson para a embaixada dos EUA na Monróvia. A violação internacional dos costumes diplomáticos, a partir do momento em que as forças de Taylor quebraram a soberania da embaixada norte-americana em solo liberiano, ferindo guardas no decorrer da invasão, é considerado por Richard Iroanya (2008) como um dos eventos de maior peso para a deflagração da Segunda Guerra Civil. Aos olhos dos EUA, o governo Taylor tinha violado uma lei básica da diplomacia internacional, levando-os a questionar as reais intenções do presidente da Libéria com o comprometimento dos direitos humanos. Ainda, segundo o autor, os esforços aplicados na tentativa de prisão de Johnson (tentativa falha, visto o sucesso de sua fuga para outro país), geraram a execução de diversos membros do grupo étnico de Johnson, o Krahn, além de uma fuga em massa de aproximadamente 18,000 membros dessa etnia para países vizinhos como a Guiné e a Serra Leoa (IROANYA, 2008, p. 82).

Como mencionado anteriormente, a crescente deterioração social e econômica do país sob o governo do presidente Taylor, a progressiva insatisfação popular juntamente a perseguição política e a segregação dos diferentes grupos étnicos tribais resultaram no surgimento de um novo grupo rebelde, os *Liberianos Unidos para a Reconciliação e a Democracia* (LURD). Moran e Pitcher (2004, p. 506) apontam que o LURD foi composto majoritariamente pelos grupos étnicos Mandigo e Krahn, que no decorrer do governo Taylor tomaram refúgio em bases no sul da Guiné. Desta maneira, a partir de 1999, o LURD iniciou uma série de investidas militares sob o comando de *Mohammed Jumandy* e *Joe Wyie* ao norte da Libéria, especificamente no Condado da Lofa. Nos anos 2000, o grupo rebelde, agora já reconhecido nacionalmente e internacionalmente, iniciou um processo expansionista no interior do país, conquistando cidades próximas as suas bases militares na Guiné ao nordeste da Libéria, longe da capital Monróvia.

Figura 3. Condados e Cidades da Libéria



Fonte: WAUGH, 2011, p. 10, adaptado.

Pode-se observar como a Segunda Guerra Civil da Libéria possuiu um forte caráter étnico em suas motivações para o conflito, bem como a primeira guerra. Alguns meses após iniciado os embates, o LURD havia avançado consideravelmente no território nacional liberiano, conquistando diversos vilarejos e cidades. Em 2001, o grupo rebelde já havia chegado aos arredores da capital Monróvia. O sucesso da campanha militar rebelde, em parte, foi possível devido ao apoio econômico do governo da Guiné (WAUGH, 2011).

Não é possível definir qual seria o grupo legítimo a guiar o controle do Estado baseando-se apenas em suas ações durante a guerra civil. Ambas as partes beligerantes, forças militares nacionais de Taylor (AFL) e combatentes do LURD, realizaram tremendas violações e abusos aos direitos humanos, desde assassinatos, torturas e até mesmo estupros. O recrutamento e utilização de jovens no conflito, seja de forma voluntária ou arbitrária, agravou ainda mais a situação instável encontrada no país quanto ao desrespeito aos direitos humanos (UTAS, 2013). Tendo em vista os acontecimentos como a invasão da embaixada

americana, o apoio militar ao grupo rebelde na Serra Leoa por parte do governo liberiano, e a falta de vontade do presidente Taylor em realizar encontros e conversas de paz com a presença da comunidade internacional, o Conselho de Segurança da ONU impôs sanções econômicas ao governo da Libéria em 2001. No mesmo ano, a União Europeia, por sua vez, também suspendeu os auxílios financeiros destinados a Libéria, resultando assim, em maior instabilidade política e socioeconômica no país. Ainda em 2001, visto as sanções econômicas e políticas estabelecidas contra o governo da Libéria, o presidente Taylor foi forçado a declarar estado de emergência no país decorrente da guerra civil que continuava a se alastrar no interior do país (SESAY et al, 2009, p. 42).

A partir do início das investidas militares rebeldes em 1999 até o ano de 2002, as forças rebeldes do LURD já haviam expandido suas áreas de controle até os arredores da capital Monróvia. A possibilidade de acumulação de capital gerada com saques de guerra e com o controle dos recursos naturais liberianos funcionou como incentivo para o surgimento de outras milícias rebeldes ao redor do território nacional da Libéria.

Em março de 2003, outro grupo rebelde emergiu. Os combatentes se auto identificavam como Movimento para Democracia na Libéria (MODEL). Eles ocuparam diversas cidades no Condado do Grand Gedeh [...]. MODEL e LURD possuíam um objetivo em comum de terminar o governo de Charles Taylor. Nessa base de similaridades de objetivos e de membros que diversos observadores alegam que o MODEL era provavelmente uma ramificação do LURD criado para intensificar os ataques ao governo de Taylor. É também alegado que o governo da Costa do Marfim proveu suporte para o MODEL. (IROANYA, 2008, p. 83, tradução nossa).

O MODEL, como o LURD, também possuía uma maioria de membros originada do grupo Krahn, o que facilitou a coordenação de ações conjuntas entre as duas facções rebeldes. O objetivo estipulado por eles era o fim do governo autoritário e segregacionista do presidente Charles Taylor. O suporte financeiro dos países vizinhos teve um papel crucial na perpetuação da violência, em razão ao fortalecimento das facções rebeldes perante as forças militares da AFL. Como mencionado anteriormente, a Serra Leoa e a Guiné apoiavam economicamente o LURD, enquanto o governo da Costa do Marfim dava um suporte financeiro ao MODEL. Isto possibilitou a criação de duas frentes de guerra, uma ao norte (LURD) e outra ao sul (MODEL). Em 2003, as forças militares de Taylor já se encontravam limitadas a capital do país (IROANYA, 2008).

A junção de forças e ataques do LURD e do MODEL levaram a maior visibilidade do conflito no sistema internacional, visto os sangrentos assassinatos e torturas ocorridas no território da Libéria contra os combatentes e, principalmente, contra os civis. Desta forma, segundo Richard Iroanya (2008), os líderes da ECOWAS, em conjunto a comunidade

internacional, passaram a requisitar a renúncia de Taylor ao poder estatal, solicitando que o mesmo se exilasse na Nigéria em prol da instauração de um processo de paz na Libéria.

Pode-se constatar, a luz dos eventos, o argumento mencionado na subseção III.2 acerca do posicionamento dos EUA para com a Libéria. Como vimos, era de interesse norte-americano o estabelecimento de uma liderança regional por parte da Nigéria. Isto pode ser ratificado a partir do apoio oferecido pelo Presidente Bush à Nigéria de ajuda financeira ligada à intervenção no conflito liberiano. O governo Nigeriano, por sua vez, temia intervir mais uma vez no conflito civil liberiano devido às baixas de mais de 1.000 homens nigerianos durante a intervenção realizada pela ECOWAS no decorrer da primeira guerra civil da Libéria (MORAN; PITCHER, 2004, p. 506).

Com a constante pressão da comunidade internacional, e ainda tendo em vista os diversos embargos econômicos e resoluções da ONU e da União Europeia (UE) contra o governo da Libéria, em junho de 2003, as partes envolvidas no conflito realizaram as conversas de paz em Accra, capital da Gana, resultando posteriormente no *Acordo de Cessar-fogo de Accra*. As conversas de paz estabelecidas em Gana tiveram o auxílio do *Grupo de Contato Internacional na Libéria* (ICGL), composto por representantes da ONU, da UE, da ECOWAS e dos EUA com o objetivo de mediação da controvérsia nacional liberiana. Entretanto, de acordo com Theobald (2014), apesar das conversas de paz estarem ocorrendo em Accra, os embates militares e o cerco à capital Monróvia continuavam, devido à presença de Taylor no país.

Com a união de forças das duas facções contra o governo de Charles Taylor, os grupos rebeldes tomaram controle de todo território da Libéria, com a exceção da capital Monróvia. Moran e Pitcher (2004) constatarem que em 4 de junho de 2003, após Taylor ser julgado e condenado por crimes de guerra na Corte Especial da ONU devido ao suporte econômico aos grupos insurgentes na Serra Leoa, o LURD iniciou uma série de ataques a capital da Libéria, que nesse momento já estava lotada de refugiados advindos do interior do país devido à expansão dos grupos rebeldes. Apesar de ter sido oferecido asilo na Nigéria, Taylor negava-se a sair do país sem que houvesse a presença de forças de paz internacionais que pudessem garantir a sobrevivência de seus soldados na capital, onde se encontravam cercados e sob constante ataque pelos grupos rebeldes (MORAN; PITCHER, 2004).

Em 21 de julho de 2003, tropas de paz da ECOWAS (ECOMIL) chegaram na capital da Libéria com o intuito de estabilizar a situação política e militar do país, auxiliando no processo de transição. Menos de 1 mês depois, em 11 de agosto, Charles Taylor foi para o

exílio na Nigéria, possibilitando assim, uma semana depois, a criação de uma comissão com o objetivo de instaurar um governo transitório (SESAY *et al*, 2009).

Uma provável razão para Taylor ter cedido às exigências da comunidade internacional foi a perda do suporte econômico e militar dos governos da Líbia e da Burkina Faso após o seu indiciamento por crimes contra a humanidade. Após a saída para o exílio de Charles Taylor na Nigéria, o seu vice-presidente, Moses Blah, assumiu como presidente interino. A ausência de Taylor no governo gerou uma atmosfera mais propícia às conversas de paz em Gana, visto a maior disposição para a cooperação por parte das facções rebeldes, LURD e MODEL. Desta maneira, no dia 18 de agosto de 2003, as facções, em conjunto com os representantes do governo assinaram um *Acordo Geral em Accra* (CPA), estabelecendo assim, o *Governo Nacional Transitório da Libéria* (NTGL) e uma série de medidas e reformas estruturais no âmbito político e socioeconômico (IROANYA, 2008).

Entre essas medidas estavam a inclusão e acesso da sociedade civil na esfera pública, sendo possível constatar o grande envolvimento de redes organizacionais como, por exemplo, as organizações de mulheres e de refugiados liberianos, assim como a participação dos meios de comunicação do país no processo de reestruturação do Estado. Os primeiros passos foram o estabelecimento de um programa voltado para o desarmamento e a desmobilização das tropas rebeldes, seguidos por procedimentos de reabilitação e reintegração dos antigos combatentes rebeldes nas comunidades e vilarejos (SESAY *et al*, 2009, p. 45).

Em 4 de outubro de 2003, o NTGL foi instaurado sob o comando do civil Gyude Bryant, até que as novas eleições democráticas fossem organizadas e realizadas em outubro de 2005. Ademais, o término do conflito perdurou até o final de 2003, visto que as regiões do interior ainda contavam com a presença de guerrilheiros controlando algumas ricas em recursos naturais. O auxílio da ECOWAS e da ONU contribuíram para o começo de uma reconstrução nacional no pós-guerra. Apesar da Segunda Guerra Civil da Libéria ter oficialmente terminado com o cessar-fogo assinado em Accra, segundo Theobald (2014), a situação econômica nacional da Libéria era caótica. As mulheres, em especial, continuavam a ser afetadas pelas repercussões do conflito civil, do qual muitas viriam a levar as cicatrizes durante toda sua vida.

Conclui-se neste segundo capítulo do estudo de caso aqui proposto uma narrativa tradicional acerca do histórico e das as origens e motivações da Segunda Guerra Civil da Libéria. No próximo capítulo será analisada a participação feminina no segundo conflito civil liberiano, esperando-se quebrar pressupostos acerca da atuação das mulheres liberianas em relação a suas atividades durante períodos de crise.

CAPÍTULO III – GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES LIBERIANAS NA SEGUNDA GUERRA CIVIL DA LIBÉRIA

O estudo de um caso histórico a partir de uma perspectiva de análise de gênero é fundamental nos dias atuais, principalmente quando o caso envolve formas de violência, seja direta, estrutural ou cultural, posto que existem correlações claras entre a violência estrutural e a disposição das relações de poder entre os gêneros; um estudo sobre os conflitos civis liberianos, nos quais encontram-se diversos tipos de violência, não seria completo caso não levasse analiticamente em consideração as implicações de gênero no desenrolar do conflito.

Nesse terceiro capítulo, frente a necessidade de uma abordagem de gênero acerca da Segunda Guerra Civil da Libéria, pretende-se discorrer sobre os diferentes papéis assumidos pelas mulheres durante o conflito em questão. O capítulo III será organizado em quatro subseções. Primeiramente será discutido acerca da vitimização das mulheres no período de guerras civis da Libéria em função da cultura patriarcal na sociedade liberiana, considerando a marginalização política enfrentada pelas mulheres e suas tentativas de rompimento com esse tradicionalismo. Em uma segunda parte, procuraremos expor a atuação de jovens mulheres no conflito liberiano e suas motivações, ressaltando as atrocidades da guerra e a presença de um cenário influenciado pela violência direta e estrutural. Um terceiro momento será destinado para a atuação das mulheres liberianas como agentes construtoras da paz, destacando três das principais organizações femininas na década de 1990 e 2000. Por fim, buscaremos analisar as reais contribuições das mulheres liberianas na resolução da Segunda Guerra Civil da Libéria, dando ênfase às suas conquistas e aos problemas ainda existentes após o término do conflito.

III.1 As Consequências das Guerras Civis na Libéria para as Mulheres

Do ponto de vista social e cultural, a Libéria é um país essencialmente conservador, marcado pela desigualdade entre os gêneros. Anne Theobald (2014) define a sociedade liberiana como patriarcal, patrimonial e patrilinear. Dessa maneira,

Patriarcal se refere a ordem social, onde o homem chefe da família possui autoridade e poder de decisão sob toda a família. Patrimonialismo descreve uma forma de governança baseada em uma regra pessoal ao invés de instituições legais racionais e fortalecido por relações clientelistas políticas e econômicas, nas quais são no caso da Libéria dominadas por homens. Patrilinear significa que a linhagem é determinada pelo pai. Embora os

papéis femininos tenham sido desenvolvidos em escopo e independência como uma consequência da mudança macroeconômica, as principais responsabilidades das mulheres liberianas ainda compreenderiam a agricultura, o trabalho doméstico e cuidados infantis. (THEOBALD, 2014, p. 35, tradução nossa).

Observa-se que as mulheres, ao longo da história liberiana pré-guerra civil, ocupavam posições culturais/tradicionais de subordinação em relação aos homens. Estas submetiam-se às regras impostas pelos seus cônjuges ou parentes masculinos mais próximos e mais velhos. Ousa-se dizer, ainda mais, que as mulheres eram tratadas como propriedade de seus maridos. Isto decorrente do *dote* que o pretendente deveria custear para a família da noiva antes do casamento. (THEOBALD, 2014). Esse tipo de negociação inserida em uma organização cultural, outrora bastante utilizado dentro das sociedades patriarcais, traz consequências extremamente nocivas à imagem das mulheres no âmbito social. A partir do momento em que as mulheres são tratadas como propriedade, fere-se sua humanidade e retira-se a necessidade dessas de participarem politicamente das decisões nos diferentes níveis de uma sociedade, que seriam tomadas por seus representantes masculinos. Desta forma, as mulheres veem-se ligadas e dependentes dos homens para sobreviver, muitas vezes sendo necessário suportar todo tipo de situação a elas imposta, incluindo abusos morais e sexuais.

Ainda se baseando nos argumentos de Theobald (2014), podemos ressaltar como a relação de dote gerava impactos na vida de mulheres jovens. Em função do tratamento do casamento como um negócio, comumente eram escolhidas as garotas mais novas para a posição de esposa. Logo, tornava-se constante o casamento de jovens mulheres com homens bem mais velhos. Muitas famílias utilizavam do casamento de suas filhas como forma de quitar dívidas, acentuando ainda mais a desigualdade de gênero.

A própria organização social imposta pela tradição liberiana resultou em um dos problemas perpetuadores da violência durante a guerra civil. A maneira pela qual o casamento era retratado, consistindo quase uma negociação de compra e venda, gerava uma desigualdade não somente de gênero, mas também em relação a faixa etária. A parcela jovem masculina da população sofria também uma marginalização social decorrente da dificuldade de se tornarem economicamente independentes e de formar uma unidade familiar, visto a alta concentração de renda e a difícil obtenção do dote para o casamento, respectivamente. Refletindo acerca do conflito civil como uma forma de alteração do *status quo*, verifica-se uma possibilidade encontrada por esses jovens de rompimento com a ordem social estabelecida, obtendo assim uma independência financeira derivada dos lucros provenientes da guerra e do próprio prestígio adquirido em ser combatente (UTAS, 2003). Similarmente,

refletindo a partir de uma perspectiva das mulheres jovens que sofriam maior marginalização, a guerra civil também possibilitou a quebra da ordem social, na qual elas eram vistas apenas como propriedades. A partir da participação em milícias, algumas mulheres obtiveram maior prestígio na esfera pública em conjunto a independência social e econômica (THEOBALD, 2014). Apesar das dificuldades encontradas pelas mulheres referentes à participação na esfera pública da sociedade, o estudo de seu envolvimento nas guerras civis é crucial visto à sua importância nos bastidores do conflito.

Moran e Pitcher (2004) identificam que, apesar da difusão ideológica patriarcal na sociedade liberiana, durante os conflitos civis, a Libéria apresentou um fator diferencial em relação a outros países vizinhos imersos também em instabilidade política e civil: a presença de uma parcela significativa de mulheres politicamente educadas e profissionais. Figuras públicas como Mary Antoinette Brown Sherman (primeira presidente mulher de uma universidade nacional africana), Ruth Perry (chefe de Estado do último governo transitório antes das eleições de 1997) e Ellen Johnson-Sirleaf (candidata opositora a Taylor nas eleições de 1997 e atual presidente da Libéria) demonstram como algumas mulheres liberianas estavam engajadas politicamente e socialmente no decorrer de todo o processo de crise do Estado liberiano na década de 1990 e 2000.

É preciso estabelecer distinções entre os diferentes grupos de mulheres encontrados na Libéria. Por exemplo, as mulheres Américo-liberianas residentes na capital Monróvia, apesar de sofrerem certa marginalização e desigualdade em relação aos homens, possuíam situação social comparativamente melhor do que as mulheres do interior do país descendentes dos nativos liberianos³ (THEOBALD, 2014).

Por conseguinte, o cenário discriminatório encontrado pelas mulheres na Libéria exige uma diferenciação entre a situação das nativo-liberianas e das américo-liberianas. Embora ambas os estratos tenham sofrido com a segregação social devido às tradições culturais, as residentes da capital do país, compondo em grande maioria as descendentes dos escravos libertos norte-americanos, possuíam a possibilidade de acesso à educação e ao âmbito político. Quando analisada a importância das mulheres no processo de resolução pacífica do conflito, é importante ter em mente que isto só foi possível devido às habilidades de liderança dessas mulheres politicamente engajadas e educadas na Monróvia, como será exposto em detalhes mais à frente, na subseção referente aos movimentos de paz organizados por mulheres liberianas.

³ Como apresentado na tabela 1, 40% população liberiana possuía acesso à educação, onde apenas 12% consistiam em mulheres, sendo a maioria residentes da Monróvia, segundo Anne Theobald (2014).

Ao longo dos 14 anos de guerra civil na Libéria, as mulheres enfrentaram no âmbito interno diversas situações que podem ser caracterizadas como violações dos direitos humanos, desde a constante presença de crianças combatentes, o uso de drogas por menores, o intenso deslocamento de pessoas internamente (IDP) e de refugiados, o crescimento da violência sexual, e até a extrema pobreza estabelecida no país⁴ (MORAN; PITCHER, 2004).

Ao observar a realidade socioeconômica e política, constata-se que as mulheres liberianas tiveram funções diferenciadas na Segunda Guerra Civil da Libéria, definidas em grande medida por sua classe social e seu nível de educação dentro da sociedade. Dessa forma, torna-se evidente a identificação das mulheres liberianas como as primeiras vítimas do conflito, consistindo nos principais alvos de abusos sexuais durante as invasões as comunidades no interior do país. Tais abusos eram perpetrados tanto pelas forças rebeldes, como também por parte das tropas militares governamentais da AFL (ALAGA, 2011).

Guerras civis tendem a afetar diretamente o dia-a-dia de civis, resultando predominantemente em atrocidades para com as mulheres e crianças. Theobald (2014, p. 45) explica que, comumente, as mulheres são retratadas como as maiores vítimas de um conflito civil, visto que são utilizadas sistematicamente como alvos estratégicos de violências baseada no gênero. Decorrente do seu importante papel reprodutor e de esteio familiar, as mulheres tornam-se alvos e armas a serem utilizados pelas partes envolvidas na guerra. Torna-se importante ressaltar acerca dos abusos sexuais, segundo Samantha Nagle (2015), que em conflitos étnicos o estupro pode ser uma arma de limpeza étnica, posto que a criança gerada pode ser não ser considerada como igual dentro sua comunidade, resultando em uma desestruturação familiar das vítimas de abusos.

Vale ainda salientar que esse papel teoricamente condizente com as mulheres anteriormente mencionado, de reprodutora e de esteio familiar, é comumente associado a elas em detrimento de suas outras características, funcionando como um mecanismo de rotulação. A discussão sobre rótulos apresentada por Arturo Escobar (1995) é brilhante, na medida em que expõe a rotulação como medidas institucionalizadas de controle da sociedade. Os rótulos, segundo Escobar, determinariam o acesso dos indivíduos aos serviços e recursos estatais. Ainda viria a controlá-los, visto o requerimento de ajuste/adaptação das pessoas as categorias pré-determinadas institucionalmente para que, assim, possam vir a receber os devidos benefícios condizentes com a sua classe. Isto acaba por reduzir toda a realidade de vida de

⁴ Kieh (2009, p. 25) aponta que a taxa (%) de pobreza na Libéria, considerada como indivíduos vivendo com menos de 1 dólar ao dia, era igual a 76.2% da população total. Ademais, considerando a extrema pobreza, na qual consistiria nos indivíduos que teriam menos de U.S. \$0.50, era igual a 52% em 2001.

um indivíduo a uma simples característica (ESCOBAR, 1995, p. 110). Observemos o caso, por exemplo, de mulheres grávidas, que são estereotipadas como seres frágeis e incapacitados, mas que muitas assumem essa postura esperada a fim de receber os possíveis benefícios da categoria, seja por parte de serviços estatais, seja no âmbito doméstico.

Todavia, apesar do que foi apresentado sobre as mulheres como vítimas de estupro e rotulação, é importante ter o cuidado de não as retratar meramente como vítimas de um conflito interno, mas sim como agentes passíveis de ação e mobilização frente a uma situação extrema. A percepção das mulheres somente como vítimas leva a uma exclusão de uma parte importante para a análise de um conflito, como pode-se já começar a observar sobre o caso da Libéria, em específico.

Seus papéis nos 14 anos de Guerra foram variados. Elas eram os primeiros alvos de estupro e outras atrocidades sexuais que eram cometidas com impunidade pelas forças governamentais e rebeldes. Elas também consistiam em atores políticos, combatentes e agentes de construção da paz. Como construtoras da paz, as mulheres liberianas engajaram-se em um considerável número de atividades – tratamento de traumas, resolução de conflitos, mediações, campanhas e mobilizações – frequentemente correndo risco significativo para si mesmas. (ALAGA, 2011, p. 78, tradução nossa)

Como podemos observar, tendo também em vista o que foi exposto no capítulo anterior, a história da Libéria foi marcada por um longo período de 14 anos de disputas étnicas para a obtenção do controle político estatal e acesso a seus recursos naturais. Os anos de guerra tiveram efeitos devastadores no território nacional e, principalmente, em sua população. Como apontado por Theobald (2014, p. 46), é estimado um total de 250.000 mortos durante as duas guerras civis, além de conjecturado um total de 50 a 75% de indivíduos participando de movimentos migratórios - seja para os países vizinhos da União do Rio Mano, sejam pessoas deslocadas internamente (IDPs). Essas fugas das zonas de guerra devem-se majoritariamente as condições humilhantes e atrocidades impostas pelos diversos grupos beligerantes, incluindo as tropas militares nacionais da AFL. Em uma desproporcional maioria, as baixas civis, refugiados e IDPs consistiam de mulheres e crianças, demonstrando assim o impacto direto nas vidas desses indivíduos.

Leymah Gbowee (2009), renomada mulher liberiana de grande importância no período da Segunda Guerra Civil da Libéria, explica que as atrocidades e violações dos direitos das mulheres ocorriam todos os dias, incluindo torturas, estupros e outras formas de violência sexual, abduções, escravidão e recrutamento e casamentos forçados. Em 2005, a Organização Mundial de Saúde (OMS) realizou uma pesquisa que revelou que 90% das mulheres liberianas teriam sofrido algum tipo de violência física ou sexual, e 3 em cada 4 mulheres teriam sido estupradas (GBOWEE, 2009, p. 50). Ainda a partir de outra pesquisa,

constatou-se que 86% das mulheres liberianas refugiadas em campos especiais na Serra Leoa teriam sido vítimas de abusos sexuais. Ademais dessa situação caótica, as mulheres ainda eram afetadas indiretamente pela ausência de serviços básicos estatais como saúde e educação no âmbito nacional (GBOWEE, 2009).

As formas de violência apresentadas anteriormente não consistiriam somente em formas de violência direta e imediata. É necessário salientar as diversas consequências geradas no decorrer desse processo a longo termo, constatando-se um aumento significativo de adolescentes grávidas, além de uma rápida e intensa propagação do vírus do HIV/AIDS na região da África Ocidental. Esses fatores, combinados à falta de estruturas básicas de saúde, alimentação e saneamento resultaram em uma das maiores taxas de mortalidade materna em todo o mundo, de 578 mortes de gestantes a cada 100.000 indivíduos. (KIEH, 2009, p. 25)

Continuando a discussão acerca da falta de provisão estatal dos recursos básicos, torna-se essencial ressaltar que outras consequências foram apresentadas ao longo da Segunda Guerra Civil da Libéria. Frente à frágil posição social e econômica que as mulheres liberianas ocupavam, principalmente as que residiam longe da capital Monróvia, estas se encontravam mais vulneráveis aos abusos e outras formas de violência sexual. Theobald (2014) verifica que as mulheres, durante o conflito, eram forçadas a prover serviços de cunho sexual a fim de proteger sua família e/ou arrecadar recursos para sobrevivência.

Contudo, objetivar as mulheres como vítimas passivas da guerra civil leva a uma análise inconclusiva da Segunda Guerra Civil da Libéria. Além de terem passado por diversas dificuldades no decorrer dos extensos anos de guerra civil, diferentemente do que pode ser identificado em outras sociedades (como por exemplo a de Moçambique), as mulheres liberianas tiveram uma grande importância no conflito da Libéria, tanto como estimuladoras de um processo de paz, quanto como perpetuadoras da violência civil (MORAN; PITCHER, 2004).

É importante reconhecer que uma porcentagem considerável de mulheres também desempenhou papéis bastante ativos durante as guerras civis. É estimado que mulheres e garotas soldadas representavam de 30 a 40 por cento de todos os combatentes, totalizando 25 a 30 mil. [...]. A proporção de mulheres soldadas no conflito liberiano é, portanto, um dos maiores no mundo. (THEOBALD, 2014, p. 48, tradução nossa)

Dessa maneira, torna-se necessário analisar a participação das mulheres liberianas na Segunda Guerra Civil, reconhecendo que muitas dessas mulheres participaram ativamente das frentes militares ao longo dos anos da guerra, contribuindo assim para a perpetuação do conflito ao longo da década de 1990 e começo dos anos 2000. Tendo em vista que nessa subseção procurou-se abordar a comum vitimização teórica das mulheres, sendo o particular

caso da Libéria desviante quanto referido acerca da participação das mesmas, a seguir será discorrido sobre a participação das liberianas como combatentes nas zonas de guerra. Ainda mais, será procurado analisar as possíveis motivações femininas para o ingresso no conflito, relacionando com as ideias de agentes perpetuadores da guerra e vítimas da violência estrutural e direta.

III.2 A Atuação de Mulheres Adultas e Jovens no Conflito Civil: agentes perpetuadoras da guerra e vítimas da violência estrutural

Como mencionado, a Libéria constitui um caso único a ser analisado, visto a grande participação feminina em diversos campos durante os conflitos civis, destacando a alta presença de mulheres entre os combatentes rebeldes. Suas razões para ingressar nas facções ou nas forças da AFL eram das mais diversas possíveis, sendo influenciadas pela busca por melhores condições sociais e econômicas, além da procura por uma proteção contra os riscos existentes advindos de outros grupos étnicos e facções rebeldes. As mulheres e as adolescentes participavam tanto nas frentes de guerra como combatentes, quanto também desempenhavam funções não-militares dentro das facções – cozinhando, cultivando, carregando suprimentos, espionando ou servindo como escravas sexuais e/ou esposas (ALAGA, 2011).

Neste momento, é imprescindível destacar uma possível distinção entre as mulheres liberianas como agentes militares. As mulheres, no contexto de guerra civil, assumiram os mais diversos papéis, desde vítimas e refugiadas até perpetuadoras de uma violência direta. Todavia, nesse segundo caso, é importante compreender as reais motivações desses indivíduos para terem engajado ativamente nas forças beligerantes. Como apontado por Mats Utas (2003), existe a necessidade de diferenciação entre as vítimas de uma violência direta (ameaçadas e recrutadas arbitrariamente) e as agentes femininas que ingressaram por interesse pessoal – expondo aspectos de uma violência estrutural. O autor explica que, confrontadas com o conflito, muitas dessas mulheres tiveram de optar por participar ativamente nele devido as condições sociais e econômicas precárias existentes nas comunidades, além da ausência de uma proteção e segurança nacional contra as atrocidades cometidas pelas partes envolvidas nas zonas de guerra. Dessa maneira, no contexto de conflito, o ingresso nas facções rebeldes proporcionava uma proteção para si mesmas e para suas famílias, prevenindo-as de serem sexualmente violentadas. Podemos também identificar

que muitas buscavam ser parte das forças rebeldes em prol de obter uma vingança pessoal contra os indivíduos que lhes fizeram mal ou as suas famílias (UTAS, 2003).

Segundo Colin Waugh (2011), para muitas mulheres liberianas, o ingresso nas milícias era uma consequência direta da violência estrutural imposta pelas lideranças governamentais e rebeldes a partir das relações de poder estabelecidas na sociedade. A própria vitimização das mulheres as teria levado para os caminhos da guerra. Podemos utilizar do exemplo de uma guerrilheira liberiana rebelde, a *Black Diamond*. Como explanado pelo autor, essa famosa liberiana ingressou no LURD aos 22 anos de idade por ressentimento ao governo. É de comum entendimento que ela teria sido estuprada por um soldado da AFL no início da Segunda Guerra Civil, o que a incitou em uma busca pessoal por vingança contra o regime Taylor. Após assumir a liderança do Grupo Militar Rebelde de Mulheres da LURD, Black Diamond tornou-se reconhecida nacionalmente após as investidas contra as tropas de AFL na Monróvia em junho de 2003, sendo conhecida por seus trajes caracteristicamente femininos e sua notória violência contra os outros combatentes (WAUGH, 2011).

A participação de mulheres nas zonas de guerra na Libéria, como podemos constatar a partir do que foi exposto, foi fator recorrente e resultando de um ciclo vicioso imposto pela realidade econômica e social do país. Como já deve ter sido notado, as mulheres compositoras dos grupos militares não necessariamente eram adultas, existindo uma forte presença de jovens de 13 a 15 anos participando ativamente nas rotinas militares de guerra. Após o término da Guerra Fria, os conflitos bélicos no continente africano aumentaram exponencialmente. A partir da maior integração promovida pela globalização, e baseando-se nos pressupostos de direitos humanos estipulados pela ONU, a comunidade internacional deu maior importância aos conflitos civis e as respectivas resoluções devido a participação majoritária de crianças e adolescentes nesses embates (VISENTINI, 2012).

Em seu livro sobre a juventude e a Guerra Civil da Libéria, Mats Utas (2003) explica que existe uma dicotomia retratada pelas mídias do *mainstream* referente aos jovens combatentes na África. Essa dicotomia consistiria em uma apresentação dos adolescentes como cruéis assassinos e saqueadores, violadores dos direitos humanos; ou como terríveis vítimas de uma violência estrutural imposta pelo Estado, arbitrariamente condicionados à vida militar, não possuindo outra saída.

Comumente, as organizações internacionais e as ONGs tendem a retratar esses soldados como crianças e vítimas da sociedade, da pobreza, da fome, da miséria. O uso do termo 'criança', já nos traz um apelo emocional em relação à inocência e falta de experiência dos indivíduos em questão. Nos casos dos conflitos civis na região dos países do Rio Mano,

pode-se constatar as situações onde as crianças combatentes eram tanto vítimas como também perpetradoras.

‘criança’ em si conota passividade, automaticamente transformando elas em vítimas. Para muitos dessas jovens pessoas, a decisão de ingressar em exército rebeldes refletia um marco de esforço pessoal, designado como a passagem para o mundo dos adultos. (UTAS, 2003, p. 9, tradução nossa)

Procurando apresentar estes combatentes de forma complexa, não restringindo sua atuação a apenas um dos aspectos que sua atuação envolve, adota-se aqui a nomenclatura proposta por Mats Utas (2003), que não acredita ser condizente utilizar o termo "crianças soldadas" para descrever todos esses indivíduos que tomam partido nos conflitos. Por isso que iremos utilizar os termos *juventude* e *jovens*, para descrever tais combatentes.

Durante o período entre 1999 a 2003 na Libéria, a maioria proporcional de combatentes nas frentes militares era composta por jovens de 15 a 22 anos. Além disso, grande parte do ingresso nas diferentes facções era feito de forma voluntária, contrariando a ideia de que eles só participariam dos conflitos quando recrutados arbitrariamente. Colin Waugh (2011, p. 310-311) ainda aponta a alta taxa de voluntariado entre os jovens na Libéria como um fator diferencial entre as outras guerras civis nos países vizinhos, como o caso da Serra Leoa. Segundo o autor, as guerras civis da Libéria escalaram, em grande parte, por causa da disposição desses jovens em engajar militarmente nos levantes rebeldes. Isto constata-se tanto na NPFL liderada por Taylor durante a primeira fase, quanto com a LURD comandada parcialmente pelo general Joe Wylie e a AFL no decorrer da Segunda Guerra Civil.

Levando em consideração a ampla participação voluntária de jovens liberianos, poderíamos questionar a razões e motivações para esses jovens indivíduos ingressarem no conflito civil. A resposta é complexa, mas podemos partir do que foi exposto sobre o casamento e o dote na subseção anterior segundo Theobald (2014), e a crescente marginalização da juventude, assim como outros grupos inferiorizados pela sociedade liberiana. A experiência de ser deixado de lado das decisões políticas importantes para o Estado, gera nas pessoas desejo de ação a fim de alterar seu *status* na ordem social. Desta maneira, a entrada nas facções proporcionaria um aumento do status quo.

Esses jovens combatentes eram, em parte, alistados autoritariamente pelas facções. Entretanto, uma grande parcela ingressava nos grupos rebeldes por livre e espontânea vontade. No Condado da Nimba, que durante o governo de Samuel Doe na década de 1980 foi constantemente marginalizado, por exemplo, a guerra civil era reconhecida como uma guerra justa e legítima. Muitos pais enviaram seus filhos para a guerra, pois realmente

acreditavam na legitimidade do conflito, já que era visto como uma saída para se livrar da repressão e das brutalidades impostas pelo governo autoritário do presidente. O conflito mostrava-se como uma possibilidade de ascensão de um grupo marginalizado para uma posição social elevada (MORAN; PITCHER, 2004).

Durante as duas guerras civis, constatou-se uma intensificação de assédios sexuais no território da Libéria. O número de mulheres assediadas por jovens rebeldes foi aumentado exacerbadamente durante o conflito. Isto, por sua vez, gerou um ciclo vicioso de violência. Muitos jovens liberianos se juntavam às facções também para vingar suas famílias destruídas pelas consequências da guerra (UTAS, 2003).

Vale ressaltar que as zonas de guerra não se limitavam as fronteiras do Estado liberiano, como apresentado no capítulo anterior sobre a formação étnica e social da Libéria e de seus conflitos civis. As áreas de conflito iam além dos limites do país, transbordando para os países vizinhos como Guiné, Costa do Marfim e, principalmente, Serra Leoa. Até os dias atuais, ainda pode ser constatada a presença de indivíduos de diferentes nacionalidades no território da Libéria, devido aos altos fluxos migratórios ocorridos no período de guerra (THEOBALD, 2014).

As jovens mulheres de entre 10 a 18 anos foram as principais afetadas por esses fluxos, tendo em vista o jogo de poder e interesses estabelecido com as facções rebeldes em prol da sobrevivência dessas jovens e de suas famílias. Como explica Mats Utas (2003, p. 177-178), dentro das zonas de guerra, todos os indivíduos que não fossem participantes de uma determinada facção, arbitrariamente seriam passíveis de assédio e saque pela mesma. Desta maneira, as jovens mulheres eram forçadas a optar entre duas alternativas: (1) tornar-se uma refugiada em um dos países vizinhos a Libéria, residindo em uma área fora das zonas de guerra; (2) ou se unir a combatentes de uma facção rebelde, a fim de receber proteção para si e sua família. Ambas as situações podem ser identificadas no decorrer da primeira e da segunda fase da guerra civil na Libéria. Entretanto, devido aos campos destinados aos refugiados falharem em prover recursos básicos para a sobrevivência, uma grande maioria das mulheres optavam por se relacionar com homens dos grupos rebeldes para que assim pudessem obter a proteção necessária para residir na Libéria. A gravidade deste cenário se intensifica quando é observada a partir da perspectiva de uma jovem liberiana de 15 anos:

Ter uma relação com pelo menos um soldado era crucial para a sobrevivência não somente da mulher, mas para toda sua família. Os saques por exemplo seriam entregues pelos namorados retornando das frentes de guerra e ajudariam provendo um suporte para as redes familiares. Além disso, era fundamental para a família ter um homem importante no

movimento rebelde para que assim o seu estado e propriedade não fossem saqueados ou devastados. (UTAS, 2003, p. 177, tradução nossa)

As jovens que não possuíam qualquer conexão com alguma facção corriam sérios riscos de serem abusadas sexualmente; de serem forçadas a realizar trabalhos como escravas; além de serem levadas para as frentes de guerra. Ainda assim, é importante salientar que, por mais que houvesse uma ligação entre a jovem e um combatente rebelde, ainda existiam riscos decorrentes de eventos ocorridos durante o conflito civil. O autor explica que, como a maioria dos combatentes eram ainda adolescentes que participavam das frentes de guerra, causalidades como morte, desaparecimento, e até mesmo perda de importância dentro da facção eram fatores constantes. Se por um lado os homens se satisfaziam com a relação estabelecida com as mulheres, estas por sua vez buscavam se relacionar com homens de maior importância na cadeia de comando, em busca de maior probabilidade de proteção (UTAS, 2003).

A presença de aspectos de violência estrutural e cultural é perceptível, principalmente quando relacionado com os interesses familiares. Verifica-se que as próprias famílias utilizavam-se de suas filhas, encorajando-as a se relacionar com os 'homens/adolescentes invasores' a fim de que fosse estabelecido uma defesa da família contra os males da guerra. Isto se tornou uma tradição na década de 1990 dentro das zonas de guerra, visto que as alternativas para essas jovens mulheres eram extremamente limitadas.

[...] mulheres jovens passaram de um papel passivo para um mais ativo durante o conflito. Como vimos, o ingresso de mulheres na guerra civil retrata o envolvimento das jovens com combatentes por diversas razões. Sejam quais forem as 'decisões sem escolha' que introduziram essas jovens para o sistema de guerra, elas possuíam uma coisa em comum, ou seja, que elas logo se acostumaram com o sistema e, assim, criaram maneiras diferentes de lidar com ele (UTAS, 2003, p. 213, tradução nossa).

Sendo forçadas a conviver com as atrocidades expostas pela guerra, as jovens levadas para as frentes de guerra passaram a incorporar as atitudes e a reproduzir as ações dos jovens rebeldes. Dessa forma, pode-se constatar uma participação direta armada de mulheres na guerra civil, associando-se aos saques e invasões dentro do território liberiano. O alistamento era uma das poucas alternativas que restavam às jovens mulheres para obterem uma relativa independência econômica e status (THEOBALD, 2014).

Podemos concluir que a violência estrutural levou muitas mulheres liberianas a participarem ativamente das frentes militares ao longo dos anos da guerra civil. Suas razões eram das mais diversas, sendo a mais comum a busca por melhores condições sociais e econômicas, além da proteção contra a iminente violência derivada do um conflito.

Identifica-se ainda os impactos da violência estrutural nas mulheres liberianas, nas quais foram influenciadas a engajarem militarmente no conflito, deixando-as assim uma ‘decisão sem escolha’ como apresentado por Utas (2003, p. 213). Todavia, constata-se também que as mulheres executaram funções correspondentes a cargos de grande importância estatal, desde atores políticos até de construtoras de um processo de paz a partir da resolução das controvérsias entre as partes beligerantes da Segunda Guerra Civil da Libéria, conforme será exposto na próxima seção.

III.3 Os Movimentos de Paz Organizados e Liderados por Mulheres

A crise estabelecida na Libéria decorrente das duas guerras civis abriu portas para as mulheres reivindicarem posições de maior importância na conjuntura nacional, como cadeiras no congresso, gabinetes nas secretarias estatais, no setor judiciário entre outras posições no governo Taylor (1997-2003). Isto pode ser constatado, principalmente, no período após a Primeira Guerra Civil e as eleições de 1997, quando se observa um maior número de ativistas e agentes em prol da paz (MORAN; PITCHER, 2004).

Os movimentos organizados e liderados por mulheres liberianas ganharam alta visibilidade perante a comunidade internacional a partir do ano de 2003, com os diversos protestos pacíficos em benefício de um estabelecimento do processo de paz na Libéria. Entretanto, constata-se que as iniciativas femininas começaram a surgir desde a intensificação das disputas étnicas da primeira guerra civil no decorrer da década de 1990. Verifica-se ainda a considerável diversidade existente entre as distintas organizações lideradas por mulheres liberianas, variando quanto ao local, etnia, religião e também de classe social. Como exposto por Leymah Gbowee (2009), os grupos organizados por liberianas tiveram como inspiração o movimento insurgente nigeriano em 1929, no qual um grupo de mulheres da tribo Aba protestaram pacificamente contra o aumento dos impostos e dos baixos preços dos produtos de exportação do país. Verifica-se que este movimento recorria a mobilizações em massa, utilizando-se da imagem tradicional da mulher nigeriana em seu favor dentro de sua comunidade.

Devemos pontuar a importância das mulheres durante a segunda guerra civil da Libéria como agentes construtoras da paz, pois estas engajaram politicamente e organizaram grandes ações conjuntas no nível interno, atuando como: (1) mediadoras do conflito entre as facções em busca de uma resolução do conflito; (2) promovendo a conscientização

populacional acerca da guerra e suas consequências negativas; (3) facilitando processos de reintegração e reabilitação de ex-combatentes, refugiados e vítimas de abusos de guerra; e, também, (4) realizando demonstrações e protestos pacíficos contra a guerra. A exemplo do primeiro ponto, um grupo da capital, Monróvia, *Mulheres em Causa da Libéria*, buscou mobilizar e interligar mulheres dentro de territórios controlados por diferentes facções, servindo como um canal de comunicação para a resolução do conflito, além de criar laços entre esses indivíduos de facções diferentes (MORAN; PITCHER, 2004).

Por outro lado, grupos como a *Federação Liberiana de Mulheres* procuraram atingir melhorias na esfera política a partir da conscientização dos indivíduos sobre o ônus da guerra e os benefícios da paz, treinando-os a partir de *workshops* na arte da resolução pacífica de controvérsias. Observa-se ainda o importante papel de uma ONG local, a Associação Cristã de Saúde da Libéria (CHAL), composta majoritariamente por profissionais de saúde femininas, que proviam assistência a refugiados e sua integração nas comunidades locais ao redor da Libéria (MORAN; PITCHER, 2004).

Outra organização, a *Associação de Mulheres Advogadas da Libéria* (AFELL), atuou coordenando centros destinados a mulheres e jovens abusadas sexualmente durante a guerra. As autoras Moran e Pitcher (2004, p. 507) explicam que eram realizadas entrevistas com as vítimas de estupro para que, além de ser gerado um ambiente terapêutico profissional, essas filmagens pudessem ser utilizadas futuramente como provas legais em possíveis casos criminais contra os supostos agressores. Além desse importante papel de reabilitação das vítimas de guerra, a AFELL participou documentando alguns protestos e manifestações pacíficas de outras organizações lideradas por mulheres durante a segunda guerra civil, aumentando assim, a visibilidade desses movimentos e sua devida importância na agenda internacional (MORAN; PITCHER, 2004).

Um fator diferencial da Libéria acerca da atuação de mulheres durante tempos de crise reside na participação generalizada de indivíduos do sexo feminino de diferentes classes sociais e etnias. Constata-se a presença de organizações femininas tanto na capital quanto nas regiões mais afastadas, no interior do país, que também buscavam fazer uma diferença social em suas comunidades, auxiliando-as nos tempos difíceis de guerra. Por exemplo, *Receitas da Guerra Civil Liberiana*, consistiu em um livro de receitas escrito por mulheres liberianas a fim de ajudar as mães de família a sustentarem seus filhos durante os tempos de conflito civil. Moran e Pitcher (2004) apontam a existência de receitas criativas envolvendo produtos básicos como restos de trigo e leite de soja, além de também ser indicado no livro a localização de centros especializados para o atendimento de indivíduos desnutridos.

Assim sendo, em função da alta participação de mulheres e a existência numerosa de movimentos pacíficos femininos, serão apresentadas as atuações de três movimentos que julgamos serem de extrema importância para a Segunda Guerra Civil da Libéria e, portanto, para este trabalho.

III.3.1- Iniciativa das Mulheres Liberianas (*Liberian Womens' Initiative* – LWI)

Com a intensificação dos embates entre os diferentes grupos étnicos, decorrente da falta de estabilidade política com a morte do presidente Doe em setembro de 1990, as mulheres liberianas, cansadas de sofrerem os impactos exaustivos da guerra civil, resolveram fundar a Iniciativa das Mulheres Liberianas (LWI) em fevereiro de 1994. O principal objetivo dessa iniciativa era promover um cenário propício para o estabelecimento da paz no território liberiano, atuando ativamente no processo de resolução dos problemas existentes entre as diversas facções, além de auxiliar no processo de desarmamento após as eleições de 1997. Ecoma Alaga (2011) expõe as dificuldades encontradas por essa organização feminina em um território altamente dominado por ideias patriarcais e patrilineares: devido aos esforços em atingir a maior participação feminina no âmbito político e no processo de paz, as mulheres teriam sido vítimas constantes de ameaças e assédio pelas facções beligerantes. Por conseguinte, isto restringia as opções de atividades coordenadas por parte da LWI, tendo em vista o iminente risco pessoal das mulheres proporcionado por parte dos indivíduos das facções rebeldes e do próprio governo.

A Iniciativa buscou a paz com a ajuda de atividades como a publicação de declarações de posicionamento, reuniões, orações, demonstrações, ações de permanência em casa e outras atividades publicamente efetivas, além de manifestar-se a favor do desarmamento e da sua aplicação efetiva. (THEOBALD, 2014, p. 50-51, tradução nossa)

A LWI desempenhou a função de um ator facilitador mediante as conversas de paz realizadas em Gana no final do mesmo ano. Inicialmente convidadas pela ECOWAS como ator observador, acabaram por receber o devido reconhecimento, obtendo uma posição oficial durante as negociações em Abuja no ano de 1995. Durante as conversas de paz em Abuja, a LWI apresentou um documento factual descrevendo o dia-a-dia das mulheres e crianças liberianas sob o estado de guerra, dando ênfase às atrocidades cometidas pelos grupos étnicos envolvidos no conflito. Desta forma, trazendo um caráter de emergência à mesa de negociações, gerou progresso nas conversas de paz, gerando assim o II Acordo de Paz de

Abuja, que por sua vez veio a consolidar o fim da primeira fase do conflito (THEOBALD, 2014).

Após o término do conflito, em 1996, a LWI continuou atuando politicamente na capital da Libéria, estimulando as mulheres a se engajarem na esfera pública a partir da realização de treinamentos sobre resolução pacífica de controvérsias e oficinas sobre reconstrução social no pós-conflito. Ademais, a LWI teve uma importância significativa no âmbito político, visto o aumento da visibilidade e engajamento feminino na década de 1990, como por exemplo, Ruth Perry, que assumiu o governo interino durante a transição para as eleições democráticas que ocorreram em 1997. Ou também no próprio caso das eleições de 1997, quando uma candidata mulher - Ellen Johnson-Sirleaf - disputou o cargo de presidente contra Charles Taylor. Segundo Theobald (2014, p. 51), a quebra de paradigmas iniciada com a LWI foi um dos fatores resultantes na participação dessas mulheres na esfera pública.

Embora a Iniciativa das Mulheres Liberianas tenha sido fundada antes da Segunda Guerra Civil da Libéria, o movimento constituiu-se em um marco vanguardista na história política e participação feminina no país. Logo, o estudo sobre esse grupo liderado por mulheres torna-se essencial, visto a difusão de ideias feministas contra a marginalização política dentro da sociedade liberiana. Como consequência, a LWI preparou o terreno para as próximas organizações femininas que serão mencionadas posteriormente.

III.3.2 Rede de Paz das Mulheres do Rio Mano (*Mano River Women's Peace Network – MARWOPNET*)

Como vimos no segundo capítulo, sobre as causas da Segunda Guerra Civil da Libéria, a relação de governo Taylor com os países vizinhos era instável. Torna-se perceptível o posicionamento dos governos da Serra Leoa e da Guiné em oposição ao governo do presidente Charles Taylor devido a políticas estatais liberianas incentivarem a ação de grupos rebeldes dentro do território destes respectivos países, principalmente no caso da *Frente Revolucionária Unida* (RUF) no território da Serra Leoa. Tendo em vista a crescente animosidade entre a Libéria e os países vizinhos, torna-se importante ressaltar a ação de mais um grupo liderado por mulheres que abrangia tais territórios (MORAN; PITCHER, 2004).

Em meados da Segunda Guerra Civil, mais especificamente em maio de 2000, uma outra organização coordenada exclusivamente por mulheres emergiu no cenário

internacional. A Rede de Paz das Mulheres do Rio Mano (MARWOPNET) estabeleceu uma rede internacional na região da África Ocidental, mais especificamente na região do Rio Mano, com o objetivo de gerar uma coordenação política entre os governantes da Libéria, Serra Leoa e Guiné. Tal associação, composta por um grupo de mulheres politizadas dos três países mencionados anteriormente, cansadas da recusa dos presidentes dos respectivos países em se encontrarem em uma conferência diplomática de resolução pacífica de controvérsias internacionais, buscava coordenar ações dentro das capitais dos três países afim de estabelecer conversas de paz (ALAGA, 2011).

No momento em que foi fundada a MARWOPNET, a conjuntura internacional da região do Rio Mano consistia em uma alta instabilidade política entre o governo da Libéria e dos outros dois países (Serra Leoa e Guiné), visto as acusações previamente citadas por partes desses dois ao presidente Taylor. Em contrapartida, Charles Taylor afirmava que os dois Estados vizinhos estavam apoiando militarmente e economicamente o grupo insurgente LURD, que por sua vez, começava a ameaçar as bases governamentais e econômicas da Libéria. Ademais, o fluxo migratório entre os três países havia aumentado exponencialmente, chamando cada vez mais a atenção da comunidade internacional para a região. Moran e Pitcher (2004) explicam que os esforços da ONU, da ECOWAS e da *Organização da Unidade Africana* (OUA) em reunir os presidentes dos respectivos Estados foram fracassados.

A MARWOPNET esperava, a partir do estabelecimento de conversas entre os Chefes de Estado, solucionar os problemas/embates civis e a instabilidade política na região do extremo da África Ocidental. Ademais, essa Rede de Paz buscava maior inclusão das mulheres no processo de decisão política estatal (THEOBALD, 2014). Utilizando-se de conexões com os políticos locais de cada país (maridos, familiares e amigos), as mulheres da MARWOPNET foram capazes de agendar um encontro entre os três Ministros das Relações Exteriores, e, posteriormente em 2001, uma reunião presidencial com os líderes dos três países compositores da União do Rio Mano em 2001. Como apontado pela autora Anne Theobald (2014) acerca das abordagens institucionais,

A organização adotou uma abordagem multinível, incluindo atividades nas comunidades e nos níveis locais, bem como consultas e contatos com atores no nível nacional, sub-regional, regional e internacional. Quando a iniciativa trouxe com sucesso os presidentes da Libéria, da Serra Leoa e da Guiné para as negociações de paz em 2001, foi ao mesmo tempo uma grande conquista e fracasso: MARWOPNET em si não pode participar das conversas de paz devido a uma marginalização política e falta de recursos. (THEOBALD, 2014, p. 52, tradução nossa)

Entretanto, como exposto anteriormente, após o encontro ser marcado, constatou-se uma exclusão política das mulheres no processo diplomático. Segundo Moran e Pitcher (2004, p. 508), o Ministro das Relações Exteriores de Serra Leoa teria ainda afirmado que, apesar das mulheres terem se destacado onde os homens teriam falhado, a própria feminilidade e passividade as teria marginalizado das negociações de paz, caracterizando a visão machista e preconceituosa.

III.3.3 Rede de Mulheres para a Construção da Paz (*Women in Peacebuilding Network – WIPNET*) e a Iniciativa de Paz das Mulheres Liberianas

Com o retorno da violência e as atrocidades contra os civis em 1999, e com a base burocrática consolidada a partir da bem-sucedida experiência da MARWOPNET no campo político, as mulheres liberianas assumiram o papel de organizar e mobilizar diferentes indivíduos – homens e, principalmente, mulheres – dentro de suas comunidades com o intuito de alterar o cenário nacional.

Assim, um ano após o surgimento da MARWOPNET, outra iniciativa de paz emergiu no território da Libéria com uma forte determinação em cessar a violência no âmbito nacional. Em 2001, a Rede de Mulheres para a Construção da Paz (WIPNET) foi fundada com o objetivo de consolidar a paz na Monróvia e no interior do país. Tendo em vista esse objetivo, a WIPNET buscou mobilizar mulheres das mais diversas classes sociais e etnias, sejam elas residentes da capital, sejam da área rural no interior do país. Esse grupo buscou, a partir do apoio das comunidades Cristã e Muçumana, filiar mulheres de diferentes origens religiosas e contextos sociais (THEOBALD, 2014).

Contra esse pano de fundo, mulheres mobilizadas como irmãs, mães, avós, filhas e tias rompendo com todas as divisões sociais impostas pela tradição cultural; deram à luz a campanha de Paz da Iniciativa de Paz das Mulheres Liberianas. Os grupos de liderança envolvidos na campanha foram a Rede de Mulheres para a Construção da Paz (WIPNET) e a Associação de Mulheres Cristãs e Muçumanas. A campanha adotou uma ideologia chamada de ‘ativismo pacífico das mulheres’, na qual foi baseada no conceito de Paz Positiva de Galtung. (ALAGA, 2011, p. 78, tradução nossa)

Desta maneira, no ano de 2002, a mobilização das mulheres a partir da WIPNET culminou na criação da Iniciativa de Paz das Mulheres Liberianas, que por sua vez, desempenhou um papel crucial na resolução da Segunda Guerra Civil da Libéria. A partir da ideia apresentada acima por Alaga (2011), é possível concluir que essa campanha organizada por grupos compostos exclusivamente por mulheres buscava não apenas uma cessão da

violência civil direta, mas procurava também o término da violência estrutural presente no dia-a-dia de todas as mulheres. Violência essa imposta pelos líderes governamentais e rebeldes e pela própria sociedade patriarcal liberiana que as inibia de se engajar politicamente na esfera pública.

Leymah Gbowee (2009), uma das líderes do movimento, aponta que a campanha era voltada inicialmente para o estabelecimento de um cessar-fogo imediato entre as partes envolvidas no conflito, seguido pelas negociações de paz entre os grupos étnicos e representantes da sociedade civil, além da presença de representantes da comunidade internacional. Todavia, o posicionamento de Charles Taylor em relação a uma possível negociação com as facções rebeldes, as quais considerava terroristas, era de total desprezo. Gbowee (2009) ainda explica que Taylor negava-se a sentar e negociar com os rebeldes, tendo em vista seu legítimo lugar como chefe de Estado eleito.

De acordo com Moran e Pitcher (2004), a Iniciativa de Paz das Mulheres da Libéria constituiu como uma das mais visíveis organizações lideradas por mulheres contra a crise política e o conflito civil dentro do território nacional. Em conjunto com outros grupos e organizações sociais, a WIPNET coordenou gigantescas manifestações pacíficas na Monróvia e no interior do país afim de convencer as organizações e a comunidade internacional de que a maioria da população da Libéria rejeitava as brutalidades do regime Taylor e as ações violentas bélicas das facções opositoras ao governo. Esse grupo procurou demonstrar que seria possível, com a ajuda internacional, uma resolução pacífica e diplomática do conflito. Neste processo, as manifestações consistiam em levar o protesto contra a guerra civil para as ruas, onde todas as manhãs, essas mulheres vestidas de branco se reuniam em lugares estratégicos e se sentavam por horas. As mulheres da Iniciativa de Paz utilizavam apenas roupas brancas, sem a presença de maquiagens ou joias, com o slogan nas costas *‘Queremos paz, não mais guerra!’* (MORAN; PITCHER, 2004, p. 507-508, tradução nossa).

Logo, mais de 2,500 mulheres de diferentes origens sociais estavam participando dos protestos sentados, dançando, cantando, lamentando, orando e jejuando em prol da paz na capital. Elas foram eventualmente permitidas a se encontrar com o Presidente Taylor, para que assim, apresentassem sua declaração de posicionamento urgindo pelas conversas de paz entre as facções beligerantes. (THEOBALD, 2014, p. 53, tradução nossa)

Devido a ampla mobilização de mulheres de diversas etnias e religiões na Iniciativa de Paz, e em grande parte devido a utilização da imagem de feminilidade passiva e pacífica das mulheres como retratada pelos homens liberianos, as mulheres da iniciativa foram capazes de contatar as diferentes facções rebeldes a fim de estabelecer as negociações de paz

como da segunda guerra civil, não estava sendo devidamente endereçado. Existia a necessidade de focar os processos de desarmamento e de desmobilização dos grupos rebeldes, pré-requisitos para o estabelecimento de um regime democrático justo (ALAGA, 2011).

Com sua barricada, as mulheres impediram a saída do General Joe Wylie da LURD da sala de conferência, alegando uma falta de responsabilidade moral e vontade de cooperação por parte do general. Colin Waugh (2011, p. 324-325) menciona que, devido ao ocorrido, ainda houve uma tentativa de prisão de Gbowee, em reação à qual esta teria ameaçado se despir em frente a todos os presentes. Vale ressaltar, mais uma vez, o forte tradicionalismo cultural e patriarcal da sociedade liberiana, que transformam a imagem da mulher e de seu corpo em um tabu e, reconheciam a nudez feminina em público como uma maldição. O autor ainda expõe que tentativas de agressão às mulheres, por parte do General Wylie foi impedida pelo antigo presidente da Nigéria, General Abubakar, que participava da conferência como mediador.

Figura 5. Leymah Gbowee e o General Abubakar



FONTE: Página do *Pray The Devil Back to Hell* no site Fork Films⁷

A participação e protestos dessas mulheres durante a conferência resultaram em uma enorme visibilidade internacional em torno das atrocidades da guerra civil da Libéria e da falta de agilidade dos líderes regionais na solução da questão. Dessa forma, o caráter emergencial criado em torno da crise liberiana culminou no *Acordo de Paz Geral em Accra* (CPA) assinado em agosto de 2003. Ainda após o término oficial da guerra civil na Libéria, a

⁷ Disponível em: <<http://www.praythedevilbacktohell.com>>. Acessado em: 30/05.

Iniciativa de Paz continuou auxiliando no processo de reconstrução social no pós-guerra (WAUGH, 2011).

Apesar da ONU inicialmente não ter aceitado o apoio da WIPNET no processo de DDR (desarmamento, desmobilização e reintegração), com a baixa adesão da população, foi solicitada a ajuda da Iniciativa de Paz das Mulheres Liberianas em prol do estabelecimento do governo transitório. Leymah Gbowee (2009) aponta que a falta de participação era decorrente dos atrasos nos pagamentos dos ex-combatentes que entregaram suas armas durante o processo.

Além de tudo, a Iniciativa de Paz coordenada pela WIPNET, desempenhou função importante ao longo das eleições presidenciais, que resultaram na vitória de Ellen Johnson-Sirleaf em 8 de novembro de 2005. Ainda segundo a autora, as próprias mulheres se encontravam desmotivadas devido à falta de benefícios para elas no âmbito nacional. Desta maneira, a Iniciativa de Paz das Mulheres Liberianas buscou realizar uma campanha para conscientização política ao redor do país. Consta-se que, nos últimos 5 dias para o término do período de registro eleitoral, mais de 7 mil mulheres foram registradas graças aos esforços dos movimentos femininos (GBOWEE, 2009).

III.4 As Contribuições das Mulheres Liberianas na Resolução do Conflito Civil: reflexos teóricos da imagem pacífica e passiva das mulheres postos em prática no estudo de caso da Libéria

Apesar de todos os avanços obtidos pelas mulheres liberianas mediante a busca por um maior engajamento político serem admiráveis, dada as relações de poder estabelecidas na sociedade liberiana, as iniciativas de paz lideradas por mulheres devem ser analisadas a partir de suas reais contribuições no âmbito político da Libéria, trazendo para a mesa seus objetivos atingidos bem como os problemas que persistem. Contrariando os pressupostos patriarcais e masculinistas, as mulheres liberianas contribuíram muito ao longo do processo de construção de paz no território do país, sendo fundamentais para o estabelecimento do Governo Transitório a partir do Acordo de Paz Geral em Accra assinado em agosto de 2003.

O suporte oferecido pela WIPNET durante o DDR organizado pela ONU foi fator central para o sucesso da operação. Tendo em vista o que foi exposto na subseção anterior, graças ao grupo liderado pelas mulheres, houve uma comoção nacional em prol da paz, passando dessa maneira para os ex-combatentes a credibilidade necessária para gerar um

desarmamento e desmobilização dos antigos membros das facções rebeldes (THEOBALD, 2014). Ademais, uma das brilhantes estratégias utilizadas por este movimento foi o uso da imagem tradicional das mulheres liberianas em seu favor. Alaga (2011) aponta que as campanhas da WIPNET comumente se referiam as mulheres envolvidas como *mães, esposas, filhas, tias e irmãs*, trazendo assim todo um juízo de valor incorporado aos termos. A partir de uma exploração dessa imagem das mulheres liberianas como atores pacíficos não-ameaçadores e que possuíam as melhores das intenções, elas foram capazes de marcar reuniões tanto com as forças rebeldes, como com o presidente Taylor.

[...] após diversas tentativas sem sucesso pelas mulheres liberianas, o Presidente Taylor finalmente aceitou em encontra-las e é citado tendo dito, 'Eu estou com essa terrível gripe, mas como vocês são minhas mães e eu amo todas vocês, eu tive que vir'. (ALAGA, 2011, p. 80, tradução nossa)

Destaca-se, também, que o sucesso das ações conjuntas das mulheres liberianas deve-se em função de sua mobilização possuir uma vasta amplitude étnica, além do fato de que as mulheres possuíam teoricamente uma imagem pacífica e amorosa dentro das sociedades patrilineares. Dessa maneira, verifica-se a utilização de um discurso de cunho maternal por parte desses grupos de mulheres a fim de atingir uma ampla participação no DDR. Foi o uso estratégico dessa retificação da imagem da mulher como ser pacífico pelas mulheres liberianas que as permitiu organizar e mediar o contato entre as diferentes partes beligerantes. A mediação das mulheres, que se colocavam como atores neutros entre os grupos beligerantes durante a Segunda Guerra Civil, proporcionou o estabelecimento de negociações de paz como, por exemplo, a conferência de Accra em 2003 e também o encontro entre os três presidentes da União do Rio Mano (THEOBALD, 2014).

A partir de uma análise dos movimentos liderados por mulheres na Libéria, como exemplo a WIPNET, Alaga (2011, p. 81-82) expõe cinco pontos que garantiram o sucesso da mobilização e organização dos movimentos. Inicialmente, as organizações femininas estabeleceram objetivos claros, buscando o estabelecimento de paz no território da Libéria. Em segundo lugar, a mobilização era de caráter exclusivamente feminino, possibilitando um juízo de valor em relação a já mencionada imagem das mulheres na sociedade liberiana. Em terceiro, por mais que houvesse processos de decisões coletivas, existia uma clara divisão de tarefas e funções entre os membros da WIPNET. O quarto ponto foi que o movimento priorizou um treinamento técnico das mulheres envolvidas na organização, resultando na familiaridade destas ao processo de negociações pacíficas. Finalmente, o movimento também

procurou consolidar parceiras dentro e fora da Libéria, gerando maior mobilização de indivíduos e recursos.

Em função da existência de um forte pensamento tradicional masculinista dentro da sociedade liberiana, podemos refletir um pouco mais sobre a participação das mulheres na vida pública no país. Como apontado nos cinco pontos acima citados acerca dos movimentos femininos liberianos, especificamente da WIPNET, podemos concluir que o sucesso dessas organizações foi somente possível devido a clara delimitação e transparência de seus objetivos. Theobald (2014) afirma que o aparente sucesso da WIPNET ocorreu posto que o movimento não buscou imediatamente modificar ou questionar a ordem social nem as relações de poder estabelecidas. Delimitou-se o objetivo do movimento na busca pela paz no cenário nacional, transparecendo assim para os grupos dominantes, uma agenda livre de interesses pelo controle e poder do Estado.

Mats Utas (2003), baseando-se em Jean Bethke Elshtain, explica que existe uma concepção ideológica que relaciona os homens à guerra, enquanto, por outro lado, as mulheres à paz. Contudo, acreditar cegamente em tais ideias, resultaria em uma análise superficial dos conflitos ocorridos no território africano, especialmente no caso da Libéria, onde verifica-se uma das maiores participações femininas em conflitos civis. Diante dos fatos, o autor afirma que não é mais possível definir as mulheres apenas como indivíduos pacíficos e submissos, da mesma maneira que não é possível caracterizar os jovens liberianos como inocentes. Uma parcela das mulheres, sejam adultas ou crianças, eram parte constituinte das facções durante a guerra civil, participando tanto como combatentes, espiãs, manipuladoras e perpetradoras da violência.

Ainda é importante ressaltar que, por mais que existissem mulheres que participaram ativamente na guerra, muitas vezes tal participação era a última opção disponível a estas mulheres e que muitas delas também sofreram abusos morais e sexuais decorrentes do conflito civil. Dessa maneira, torna-se extremamente complexo classificar unilateralmente esse grupo como vítimas ou perpetradoras da violência, visto que a grande maioria se enquadra nas duas categorias. Tal situação reafirma a importância de recordar o debate acerca da violência estrutural proposto por Galtung (2005), e como essa violência afetaria os indivíduos de modo que esses continuem a perpetuar a violência em nome de uma tradição social ou cultural.

Podemos também observar um problema intrínseco à abordagem proposta pela Iniciativa de Paz das Mulheres Liberianas, dada a falta de interferência política destas na política do governo. Como colocado por Theobald (2014), pode ser constatada uma tendência

das mulheres, após serem utilizadas no processo de *peacebuilding*, serem mais uma vez marginalizadas pelos líderes patriarcais. Exemplos claros seriam a da participação das mulheres da MARWOPNET na organização das negociações de paz entre os presidentes da Libéria, Serra Leoa e Guiné, seguido pela exclusão das mesmas do processo de negociações diplomáticas da paz. Podemos também discorrer sobre o exemplo da WIPNET, cujo auxílio foi rejeitado inicialmente pela ONU no decorrer do processo de DDR após o término da Segunda Guerra Civil em 2003.

Na temática da hierarquização das atividades estatais, Miguel (2014) discorre teoricamente que as posições de poder, os cargos públicos privilegiados, as atividades de tomada de decisão estão majoritariamente nas mãos dos homens. Assim, a hierarquização das atividades gera a marginalização das mulheres, que ficam sujeitas à violência e humilhação, tendo em vista que são sempre retratadas como o sexo frágil e inferior, como delicadas e pouco racionais. Desta forma, observamos que, todas as vezes que as mulheres buscaram interferir na ordem patrilinear existente na vida pública da Libéria, houve uma resistência por parte dos políticos e líderes étnicos tradicionais do país.

A agenda da Iniciativa das Mulheres era, portanto, muito pragmática e restrita, o que contribuiu para o seu sucesso por um lado. Por outro, a não-inclusão de problemas femininos nos debates políticos limitou sua influência referente a esses tópicos de uma grande maneira após o conflito, e isto ajuda a explicar a sua marginalização. (THEOBALD, 2014, p. 56, tradução nossa)

Então, embora tenha garantido vantagens no processo de resolução de conflitos ao longo da Segunda Guerra Civil da Libéria, a imagem das mulheres como seres pacíficos e passivos também a influenciou negativamente durante as tentativas de inclusão no processo político. Esse estereótipo das mulheres como seres naturalmente pacíficos se tornou problemático, segundo Leymah Gbowee (2009), pois acabou sendo utilizado pelos líderes governamentais e políticos para a exclusão de indivíduos do sexo feminino dos debates que envolviam assuntos de segurança. Dessa forma, o sexismo tradicional dos líderes identificava a necessidade de características masculinas, em detrimento das femininas, para tratar dos assuntos referentes a política e segurança estatal.

Como abordado por Miguel e Biroli (2014), as mulheres ainda encontram dificuldades para participar na esfera política, posto que seus direitos são vistos como particularidades, como específicos, enquanto os dos homens seriam universais. Esse pressuposto toma os homens como representantes universais da humanidade que, com seus interesses representando os interesses de toda a sociedade, estariam buscando o melhor para a

coletividade, enquanto as mulheres estariam apenas a procura dos seus interesses sociais particulares.

Tendo em vista a tradição patrilinear da sociedade liberiana, a eleição de Ellen Johnson-Sirleaf em 2005 e a própria liderança de Ruth Perry durante o governo interino no entre guerras consistiram em grandes avanços políticos para as mulheres na Libéria. Entretanto, a obtenção de cargos de importância estatal não garante uma equidade de direitos e participação política. Sob a ótica de Miguel (2014), baseando-se em Pierre Bourdieu, o simples acesso de mulheres ao campo político não significa por si só igualdade política. O campo da política estrutura-se a partir das relações sociais nela existente. É necessário entender que este ambiente possui uma hierarquia interna própria, exigindo de seus novos membros certas características e padrões de comportamento, a fim de serem realmente incluídos no processo. Pode ser feito um paralelo com o argumento de Tickner (1997), de que as mulheres teriam que se adaptar e incorporar características masculinas para ocupar cargos de maior prestígio dentro do âmbito político. Ratificando esse argumento, Theobald (2014, p. 57) afirma que Ruth Perry e Ellen J. S. adotaram características masculinas diante o meio em que participavam.

Na mesma linha de pensamento, Flávia Biroli (2014) acredita que um dos principais problemas advindos do acesso das mulheres à esfera política é a idealização liberal de que tal presença viria a eliminar todas as desigualdades sociais e políticas existentes entre os homens e os grupos marginalizados. Suspender os privilégios e acesso prioritário dos homens na esfera pública seria o primeiro passo de um longo processo. Segundo a autora, havendo somente o acesso das mulheres na esfera pública, ainda poderia ocorrer uma inibição à participação dessas pelo sistema devido ao âmbito público ser organizado em um sistema de hierarquia de atividades, onde é latente a presença de dominação e opressão.

Além dessa dificuldade inicial de cunho político cultural, a WIPNET ainda enfrentou outra questão de caráter social. Organizações como a LWI e a MARWOPNET foram fundadas por mulheres liberianas de uma classe social elevada, de maioria residente na Monróvia, possuindo uma ampla base educacional e profissionalizante com grande influência na esfera pública. Por outro lado, a base constituinte da WIPNET era composta – além dos grupos femininos da Monróvia – majoritariamente por mulheres liberianas residentes em comunidades no interior do país. A organização e representação da WIPNET consistia, dessa maneira, na participação de mulheres rurais em todos os níveis do movimento, desde o desenvolvimento de estratégias e o planejamento até a coordenação de ações conjuntas. De acordo com Ecoma Alaga (2011), foi a implementação e participação das mais diversas

mulheres no processo organizacional que proporcionou tamanho sucesso ao movimento. A rejeição de uma hierarquia na WIPNET em prol de um processo de decisão coletiva resultou em um maior engajamento e domínio durante os protestos e manifestações políticas. As mulheres envolvidas tomaram a causa para si mesmas como fundamental para a sobrevivência da Libéria. Podemos observar isto a partir dos protestos pacíficos organizados pela Iniciativa de Paz, nos quais as mulheres ficavam horas sentadas no aeroporto ou no mercado de peixe, cantando e clamando por paz (ALAGA, 2011, p. 80-81).

Ademais, apresentavam-se também dificuldades de cunho econômico. As iniciativas de mulheres eram limitadas devido a necessidade de arrecadação de fundos e treinamentos de capacitação. Apesar de receberem ajudas financeiras de algumas ONGs internacionais e da ECOWAS, os fundos eram adquiridos majoritariamente de arrecadações locais na Libéria. Por fim, além de tudo isso que foi mencionado anteriormente, é preciso levar em consideração que as mulheres faziam parte de suas comunidades, possuindo famílias e relações sociais, e como tal, corriam riscos pessoais com a participação de protestos, mesmo que pacíficos.

Gostaríamos de finalizar esse capítulo citando uma passagem do livro de Anne Theobald, que retrata bem o cenário enfrentado pelas mulheres envolvidas no processo de construção da paz.

As mulheres liberianas não devem ser subestimadas, visto como as mulheres agiam em um ambiente altamente perigoso, inseguro e muitas vezes correndo riscos pessoais. Na Libéria, a maioria da população feminina tradicionalmente possui pouca ou nenhuma influência nas esferas pública e política. Sob essas circunstâncias, seus resultados obtidos são consideráveis. (THEOBALD, 2014, p. 58, tradução nossa)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a investigar e identificar as reais participações das mulheres liberianas na Segunda Guerra Civil da Libéria. Buscou-se utilizar o gênero como uma categoria de análise, como apresentado no decorrer do primeiro capítulo, visto a necessidade de um aprofundamento nas discussões – estas superficialmente incompletas, caso contrário. A partir de relatos de que as mulheres teriam sido meras vítimas de uma violência direta no decorrer da década de 1990 e começo dos anos 2000, identificou-se que, cansadas de sofrerem passivamente, organizaram-se em movimentos pacíficos exclusivamente femininos em prol do estabelecimento da paz no âmbito nacional - até mesmo internacional, visto a região da Rio Mano na extrema África Ocidental. Ademais, as pesquisas acerca do período da Segunda Guerra Civil da Libéria – apresentado durante o capítulo II – demonstraram uma realidade totalmente diferente do que comumente retratada pela mídia tradicionalista internacional e pelos estudiosos das correntes tradicionais das Relações Internacionais: mulheres que, além de vítimas, eram agentes promotores da paz e, além disso, reprodutores da violência.

Não se pretende aqui negar as violências a que foram sujeitadas as mulheres liberianas, até mesmo porque estas consistiram no grupo que sofreu os maiores impactos das guerras civis na Libéria. Como exposto no decorrer do trabalho, as mulheres compõem o estrato mais afetado dos embates civis, dado que enfrentaram situações de pobreza extrema além de constantes fluxos migratórios somados aos recorrentes abusos sexuais cometidos pelos grupos rebeldes e tropas militares estatais. Contudo, apesar do exposto, considerar que as mulheres liberianas foram somente agentes passivos e pacíficos vitimados pelos conflitos resultaria em uma análise superficial e incompleta.

As discussões teóricas apresentadas no primeiro capítulo a partir de estudos de paz e feministas, em conjunto aos fatos históricos descritos no decorrer do capítulo II, nos proporcionaram uma base fundamental para análise posteriormente realizada. Ao longo do terceiro capítulo, procurou-se apontar como as mulheres da Libéria teriam participado no conflito civil, tanto no processo de construção de paz, como também nas frentes militares dentro das zonas de guerra como combatentes. As mulheres liberianas, enquanto soldadas, apresentaram diversas funções, desde auxiliares nas frentes de guerra, carregando equipamentos e munições, cozinhando, servindo sexualmente aos homens combatentes; até a efetiva função de combatente.

O engajamento dessas mulheres nas facções rebeldes e nas próprias tropas do governo destacam aspectos de uma violência estrutural e cultural presentes no país em questão. Como colocado por Mats Utas (2003), as 'decisões sem escolhas' impostas socialmente e economicamente as mulheres consistiram em formas de violência. Como vimos, o ingresso militar dessas mulheres foi decorrente de uma situação econômica caótica e de uma marginalização política, ainda somadas a uma insegurança latente no âmbito interno. A escolha de virar combatente não constituiria em uma escolha livre, visto que seria a única opção racional a sobrevivência disponível a estas agentes.

Outro aspecto que merece atenção é a grande presença de crianças e adolescentes envolvidas e engajadas no conflito. Por mais que se tenha discutido sobre a imagem intrínseca a nomenclatura 'criança', ainda assim é imprescindível ressaltar a grande violência que se faz presente no envolvimento de indivíduos de 10 a 15 anos nos embates. A utilização de jovens pelos líderes rebeldes e por Charles Taylor ratificou o argumento apresentado de que eles seriam mais leais e corajosos, dada a inexperiência e idade desses jovens indivíduos. Essa situação seria ainda mais agravada a partir de uma perspectiva de uma mulher liberiana de 15 anos, na qual esta, além de ser utilizada pelos grupos beligerantes, ainda era usada pela própria família como moeda de negociação - visando a proteção da propriedade e dos próprios familiares. A partir do que foi exposto, podemos constatar a adaptabilidade das mulheres e dos jovens liberianos. Embora tenham sido praticamente forçados a ingressar nas guerras civis, após determinado tempo, eles mesmos tornaram-se perpetradores da violência direta no nível nacional, desempenhando atrocidades de guerra como saques, assassinatos e outras violações dos direitos humanos.

Ainda assim, com o país mergulhado no caos econômico e social, identificamos o surgimento de organizações exclusivamente femininas na Libéria que impulsionaram os processos de estabelecimento da paz. Embora ainda exista desigualdade de gênero no país, é inegável a importância de desempenho das organizações de mulheres liberianas no processo de resolução pacífica das controvérsias nacionais e internacionais. Pode-se constatar que (1) sem a presença das conexões e canais de comunicação estabelecidos pelas mulheres; (2) sem as constantes pressões as partes envolvidas no conflito, bem como a comunidade internacional pelas mulheres; (3) sem a utilização de seus contatos familiares e amigos, visto a alta mobilização étnica existente dentre as organizações das mulheres; (4) sem o caráter emergencial - de crise - criado pelas mulheres nas conferências internacionais, especialmente a realizada em Accra no ano de 2003; podemos concluir que o término pacífico do conflito com o exílio de Charles Taylor, bem como o estabelecimento do processo de reestruturação

nacional e do DDR no pós-guerra não teriam sido viáveis sem a presença das organizações lideradas por mulheres liberianas. Dessa maneira, o uso do gênero como categoria de análise e o enfoque na participação feminina na Segunda Guerra Civil da Libéria mostram-se ferramentas imprescindíveis para a efetiva compreensão deste conflito e sua solução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGA, Ecoma. *Security Sector Reform and the Women's Peace Activism*. In: OLONISAKIN *et al.* *Women and Security Governance in Africa*. Cape Town: Pambazuka Press, Janeiro 2011.

BARASH, David; WEBEL, Charles. *Peace and Conflict Studies*. California: SAGE Publications, 3rd ed. 2009.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BLANCHARD, Eric M. *Gender, International Relations, and the Development of Feminist Security Theory*. The University of Chicago Press. *Signs*, v. 28, n.4, 2003. pp. 1289-1312. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3175856>>. Acessado em: 15 de setembro de 2015.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*; Chapter 4: The Dispersion of Power: tales of food and hunger. New Jersey: Princeton University Press, 1995. pp. 102-153.

DAVID, Harris. *International Library of African Studies: Civil War and Democracy in West Africa: Conflict Resolution, Elections and Justice in Sierra Leone and Liberia (1)*. London: I.B.Tauris & Co Ltd, Dezembro 2011. pp. 130-152.

GALTUNG, Johan. *An Editorial*. *Journal of Peace Research*, v. 1, n. 1, 1964. pp. 1-4.

GALTUNG, Johan. *Três formas de violência, três formas de paz. A paz, a guerra e a formação social indo-europeia*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 71. Junho 2005. pp. 63-75.

GALTUNG, Johan. *Violence, Peace and Peace Research*. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, 1969. pp. 167-191.

GBOWEE, Leymah. Effecting Change through Women's Activism in Liberia. London: Institute of Development Studies, IDS Bulletin, vol. 40, n. 2, Março 2009. pp. 50-53.

HUBAND, Mark. *The Liberian Civil War*. London: Frank Cass Publishers, 1998.

IROANYA, Richard. *The Scourge of Civil Wars in Africa: Case Study - Liberia*. In: MLAMBO, Norman. Violent Conflict, Fragile Peace: Perspectives on Africa's Security Problems. Adonis & Abbey Publishers Ltd, Maio 2008. pp. 63-88.

JOHNSON, Stephanie Anne. Women, Shared Leadership, and Policy: The Mano River Women's Peace Network Case Study. California: The Journal of Pan African Studies, vol. 4, n. 8, Dezembro 2011.

KIEH, George Klay Jr. *The Roots of the Second Liberian Civil War*. International Journal on World Peace. Vol. 26, 2009, pp. 7 – 30.

KIEH, George Klay Jr.; MUKENGE, Ida Rousseau. *Zones of Conflict in Africa*. Chapter 2: Understanding the Liberian Civil War. London: Greenwood Press, Março 2002.

MONTE, Izadora Xavier do. *O Debate e os Debates: Abordagens Feministas para as Relações Internacionais*. Revista Estudos Feministas. UFSC, v. 21, p. 59-80, 2013.

MORAN, Mary H.; PITCHER, M. Anne. *The 'Basket Case' and the 'Poster Child': Explaining the End of Civil Conflicts in Liberia and Mozambique*. Third World Quarterly, Vol. 25, No. 3 (2004), pp. 501-519.

NAGLE, Samantha Cunha de Moura. *Estupro de Mulheres como Crime de Guerra sob as Perspectivas Feministas*. Paraíba: Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, 2015.

NILSSON, Desirée. *Liberia - The Eye of the Storm: A Review of the Literature on Internally Displaced, Refugees and Returnees*. Studies on Emergencies and Disaster Relief, Nordiska afrikainstitutet, Uppsala. Nº 10, 2003.

RETICKER, Gini. *Pray the Devil Back to Hell*. Documentário. Produção: Abigail E; Direção: Gini Reticker. Disney: MovieMobz, 2008. 72 min.

SCOTT, Joan. W. *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*. The American Historical Review, vol. 9, n. 5, Dezembro 1986. pp. 1053-1075.

SESAY, Amadu et al. Post-war Regimes and State Reconstruction in Liberia and Sierra Leone. Senegal: Counsel for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA), 2009.

SILVEIRA, Catarina Faria Alves. *Recursos Naturais de Conflito: O Caso da "Madeira de Conflito" na República da Libéria*. Brasília: IV Encontro Nacional da Anppas, 2008.

PETERSON, Spike. *Women and Gender in Power/Politics, Nationalism and Revolution*. Cambridge University Press. The Journal of Politics, v. 58, n.3, 1996. pp. 870-878. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2960452>>. Acessado em: 15 de setembro de 2015.

THEOBALD, Anne. *Role of Women in Making and Building Peace in Liberia: Gender Sensitivity versus Masculinity*. Germany: Ibidem Press, 2014.

TICKNER, J. Ann. *What Is Your Research Program? Some Feminist Answers to International Relations Methodological Questions*. California: University of Southern California. International Studies Quarterly, v. 49, 2005. pp. 1-21.

TICKNER, J. Ann. *You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists*. The International Studies Association. International Studies Quarterly, v. 41, n. 4, 1997. pp. 611-632.

UTAS, Mats. *Sweet Battlefields: Youth and the Liberian Civil War*. Uppsala: Department of Cultural Anthropology and Ethnology, Cultural Anthropology. 2003.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A África na política internacional: O sistema interafricano e sua Inserção Mundial*. Capítulo 5 - Marginalização, conflitos e realinhamentos estratégicos (1989-2002). Coleção Relações Internacionais. 2012.

WAUGH, Colin M. *Charles Taylor and Liberia: Ambition and Atrocity in Africa's Lone Star State*. London: Zed Books, 2011.